



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - CARF			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0472/16	DATA: 24/05/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 10h00min	TÉRMINO: 12h52min	PÁGINAS: 86

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDISON PEREIRA RODRIGUES - Auditor Fiscal da Receita Federal aposentado.  
MEIGAN SACK RODRIGUES - Advogada e ex-Conselheira do CARF.  
GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA - Ex-conselheiro do CARF.  
THARIK JACCOUD PAIXÃO - Advogado.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos e apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação.  
Há orador não identificado.  
Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Há expressões antirregimentais.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular os resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Não havendo quórum regimental para a deliberação, vamos passar para a próxima fase.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Audiência pública.

Iniciaremos agora a audiência pública para a oitiva dos Srs. Edison Pereira Rodrigues, Guilherme Pollastri Gomes da Silva, Meigan Sack Rodrigues e Tharyk Jaccoud Paixão.

Convido o Sr. Edison Pereira da Silva e a Sra. Meigan Sack Rodrigues para tomarem assento à mesa, acompanhados dos seus advogados. *(Pausa.)*

No caso Laser Tech, segundo informações das autoridades, Tharyk Jaccoud Paixão procurou Edison Pereira Rodrigues e Meigan Sack Rodrigues, a fim de que fosse oferecida vantagem indevida, no valor de 20 mil reais, com o propósito de que fosse realizado pedido de vista em um processo de interesse da empresa Laser Tech.

Ainda segundo informações das autoridades, Meigan Sack Rodrigues ofereceu tal vantagem ao Conselheiro do CARF Guilherme Pollastri Gomes da Silva.

O Sr. Edison Pereira Rodrigues é Auditor Fiscal da Receita Federal aposentado; ex-Delegado da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre; ex-Presidente do Primeiro Conselho de Contribuintes, de 1995 a 2004; advogado inscrito na OAB do Distrito Federal, sob o nº 19.963; sócio, juntamente com sua filha, Meigan, do escritório Rodrigues Advogados Associados; sócio, juntamente com o Sr. José Ricardo da Silva, da SGR Consultoria Empresarial Ltda.

A Sra. Meigan Sack Rodrigues é filha do Sr. Edison Pereira Rodrigues; advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul, sob o nº 51.599, e do Distrito Federal, sob o nº 21.097; ex-Conselheira do CARF, indicada



pela CNC, de 2003 a 2006 e de 2011 a 2015; sócia do seu pai no escritório Rodrigues Advogados Associados, e, segundo pesquisas realizadas, compõe ainda, como sócia administradora, o quadro societário de Cura Clínica de Psicologia Ltda.; Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, tendo concluído o curso em 2000.

Os dois apresentaram aqui à Mesa *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu passo a palavra ao Sr. Edison Pereira Rodrigues, para suas considerações iniciais.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu pediria licença para ler um trecho pequeno de algumas atividades que exerci na Receita, apenas para registrar que, após ter dirigido o CARF — então Conselho, na época — por longos 9 anos, também prestei serviço à Receita, não só como Delegado de Julgamento em Porto Alegre, mas também Delegado da Receita em Novo Hamburgo. Durante o período em que exerci minhas atribuições, não houve qualquer acusação a respeito do meu desempenho. Inclusive, servi a dois governos durante o meu mandato como Presidente, tendo sido agraciado com a mais alta honraria da Receita, a medalha Noé Winkler. Também fui honrado pelo Ministro Pedro Malan na época, tendo alterado o Regimento, para que eu continuasse como Presidente, apesar (*falha na gravação*) aposentado a exercer essa atividade no CARF. Também trago como registro — reforçando o que já falei — que durante esse período em que eu estive presidindo o Conselho e as duas delegacias da Receita, não houve, em absoluto, qualquer atitude minha que desabonasse minha conduta. Também queria dizer — e entregar aqui um documento — que me desliguei da empresa, a SGR, da qual fui sócio há quase 10 anos. Eu gostaria de registrar, deixar registrado, que está registrada em cartório a minha saída, registrada em setembro de 2009. Foi o tabelião que redigiu esse documento e, certamente, notificou a empresa dizendo que, desde 30 de novembro de 2007, eu não era mais funcionário... Não era mais sócio dessa empresa, embora tenha ainda recebido valores de contratos cuja vigência era anterior a 30 de novembro de 2007. Posto isso, eu estou aí à disposição.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou passar a palavra para a Sra. Meigan Sack Rodrigues, para suas considerações iniciais.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Eu vou dispensar as considerações iniciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu não entendi.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Estou dispensando as considerações iniciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Ah, está bom. Como o Relator está viajando, mas deixou suas perguntas, depois eu peço a um Deputado que faça as perguntas.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Izalci, para fazer suas perguntas.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu gostaria, Sr. Presidente, de indagar ao Sr. Edison, que foi, como disse há pouco, ex-Conselheiro: V.Sa. tem um *hc*, mas V.Sa. poderá contribuir conosco em algumas perguntas? Está disposto a nos ajudar aqui hoje?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Dependendo, eu responderei, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu inicio a minha fala. Existe, no processo... Eu sei que V.Sa. era sócio da empresa SGR, como falou há pouco. Existem diversos saques bancários, operações bancárias e saque em bancos com destinação a várias pessoas, em torno de cento e... O faturamento da empresa foi de 112 milhões e houve um saque em torno de 57 milhões em valores. V.Sa. poderia nos dizer por que esse saque bancário, assim, de valores altos, que eram feitos constantemente — praticamente, 50% da receita da empresa?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deputado, eu não tenho como responder isso. Primeiro, porque esses saques, a maioria deles, que eu saiba, foram feitos depois da minha saída, em 30 de novembro de 2007. Se o senhor olhar as datas — o senhor deve ter visto aí, não é? —, não...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - São posteriores a 30 de novembro, quando eu saí de lá. Aliás, eu saí um pouco antes, inclusive. A declaração em cartório é que registrou 30 de novembro, a meu pedido, data do meu aniversário,



mas eu não tenho como explicar até por esse aspecto, eu não tenho nem movimentação bancária, não tinha cartão para movimentar conta em banco dessa empresa. Então, desconheço esse montante inclusive. Com absoluta certeza, não é fruto do meu trabalho na época.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há dois saques aqui que talvez V.Sa. possa esclarecer. Há sete saques feitos por volta de 750 mil reais e há uma aplicação de 2 milhões e 100 mil que foi feita com relação aos planos de previdência privada. Qual foi a origem desses recursos?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não. Foi recebimento de honorários, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - De honorários?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Isso está registrado na minha declaração de renda, né. Acabei de informar a Receita, inclusive, que me pediu a origem dos valores. A origem ela sabia, queria saber se... Que eu confirmasse esses valores. Eu confirmei: eu recebi de honorários.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A instituição financeira não soube explicar a destinação de 48 milhões.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - É, isso eu não... Eu não era mais sócio, como eu falei, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não era mais sócio.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não sei a origem nem a destinação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. poderia nos detalhar as atividades da SGR, pelo menos enquanto V.Sa. foi sócio? Qual era o tipo de serviço que eles faziam?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - O senhor também é contador, não é, Deputado?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sou.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu já estive uma vez com o senhor lá no...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hã, hã.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - É... O trabalho era um trabalho de defesa na área tributária, no contencioso administrativo tributário e judicial. Esse era



basicamente o trabalho que prestei na época em que era sócio lá. Ele se referia a esse tipo de atividade, ou seja: consultoria e defesa na área tributária administrativa e judicial.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. tem conhecimento se a Conselheira Meigan recebeu alguma remuneração da SGR?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Em absoluto. Não recebeu nada. Nem era... Nunca foi sócia de lá nem morava aqui na época em que nós trabalhávamos, em que eu era sócio da SGR. Parece que morava na Bahia na época, não tenho absoluta certeza disso aí.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas a empresa não teria cobrado nada em relação a isso? Nem ela e nem com relação ao Paulo Roberto Cortez e também ao Valmir Sandri? V.Sa. tem conhecimento disso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Olhe, que eu me recorde... Não me recordo disso aí, até porque faz tanto tempo, né? Faz aí... Acho que... Sei lá quantos anos faz isso aí. Não sei se houve algum pagamento ou não. De qualquer forma, nós... Já está correndo aí um inquérito e nós estamos nos defendendo na instância própria, que é a judicial.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, V.Sa. não tem conhecimento de nenhum acordo que foi feito entre os Conselheiros Paulo Roberto e Valmir?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não. Isso eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. chegou a fazer algum trabalho de captação para a SGR de clientes ou de serviço?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, eu acho que, certamente, deve ter feito. Não me recordo, mas deve ter feito alguma capacitação junto com o meu ex-sócio, que era o Dr. Eivany.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Existe um episódio, uma ligação que foi interceptada pela Polícia Federal entre V.Sa. e a Meigan. A Meigan diz assim: *“Oi, pai, tudo bem? Pode tirar a vista daquela, viu? Por quê?”*. Aí V.Sa. disse: *“Acho que arrumaram outro caminho. Disse que deixa rolar”*. Ela diz: *“Eu já tinha até conversado com o Guilherme”* — quer dizer, com a outra pessoa, que era o Guilherme. Aí o senhor diz: *“Eu acho que eles devem ter... Eles estavam apressados, queriam uma outra resposta mais cedo e tal. Vou falar com ele”*.



Isto aqui é exatamente uma negociação de pedido de vista. V.Sa. tem conhecimento de como era feito isso? Eu sei que pedido de vista é uma coisa normal, mas há denúncias de que uma das irregularidades que existia no Conselho de Contribuinte, ou no CARF, era exatamente isso: além de participação de conselheiros, em termos de voto — porque havia muita divergência —, havia também um mecanismo de pedido de vista remunerado. Neste caso aqui, V.Sa. tem conhecimento dessa interceptação da Polícia Federal? Poderia explicar um pouco sobre isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deputado, eu gostaria de...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Inclusive fala em negociar preço: 50, 30, 20.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu queria dizer para o senhor que já há um processo na Justiça que nós estamos nos defendendo. E eu lamento, mas vou usar o meu direito de ficar em silêncio com relação a essa questão, até por essa questão já estar na Justiça, e nós estamos nos defendendo desse processo...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor acha que nesse episódio específico qualquer fala pode comprometê-lo. É isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - É isso aí, Deputado. Então, é melhor que eu me omita. Queria, por gentileza, que o senhor entendesse.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Bem, V.Sa. sabe também que nós aqui temos interesses não só de investigação, de descobrir coisas, mas também de aperfeiçoar o sistema.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Certo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como ex-conselheiro, com a experiência que teve na Receita, quais os mecanismos que V.Sa. acha que nós ainda temos que aperfeiçoar, para melhorar o sistema, para evitar esse tipo de coisa que aconteceu, de fato, por muitos conselheiros? Algumas coisas já foram feitas. O senhor tem conhecimento do que já foi feito?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sim, já.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há mais alguma coisa que V.Sa. poderia...

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu entendo que o passo que foi dado foi a profissionalização do Conselho. Nós lutamos muito, na época, com o Dr. Everardo, para que houvesse um jeton para os conselheiros. Na época, não



conseguimos, o parecer foi contrário da Procuradoria da Fazenda. E agora, pelo menos o primeiro passo foi dado, que é profissionalizar o conselheiro. Não sei se é bom ou se é ruim, mas me parece que é um passo. O que eu teria para endossar era isso aí hoje.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como é que V.Sa. conseguiu que a Meigan fosse indicada conselheira? Como foram essas negociações?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu queria dizer para o senhor que eu não tive nenhuma participação, em absoluto. Sempre fui contra até que ela trabalhasse como conselheira.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem é que insistiu?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Ela foi lá na Confederação, se inscreveu, foi para uma lista tríplice, e nomearam ela.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Na Confederação do Comércio?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sim, na do Comércio, na CNC. Tanto que na renovação dela... Inclusive foi o próprio CARF que pediu a renovação dela. Eu não tive absolutamente nem na primeira nem na segunda participação dela como conselheira, em indicação, embora a Confederação, o Dr. Antônio muitas vezes mandou pedir que eu indicasse conselheiros, porque não tinha pessoas para o Conselho, na época, lá nos idos de 96, 97, 98.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor lembra alguma coisa sobre a questão do Banco BVA? Houve alguns episódios lá no CARF sobre isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deputado, o que eu posso dizer é que o BVA não tem nada com o CARF.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, mas teve a questão dos ágios.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Isso aí é um outro processo que está andando ainda. Mas, de qualquer forma, é bom que fique claro aqui — o senhor sabe. O senhor é contador — que, para dar uma contragarantia na Justiça, precisa ter uma liminar ou uma certidão positiva com efeito de negativa, é preciso dar como contragarantia ou depósito em dinheiro ou algum bem. No caso, nós tínhamos dois créditos que estavam ao meu dispor, para comercializar, da Bertol e da Dove, o que está inclusive no computador, no HD. O que nós estávamos dando como contragarantia eu não podia era abrir... Isso para o parceiro advogado, de São



Paulo, porque senão não precisaria do meu trabalho, inclusive. Daria como contragarantia para que fosse dada uma liminar. Esse era o trabalho que a gente estava fazendo. Isso nós também estamos defendendo em juízo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há um episódio aqui. O senhor falou em liminar e eu até vou perguntar sobre isso. Como é que funcionava esse esquema de venda de liminar no Poder Judiciário? Existe isso lá? O senhor tem conhecimento de alguma coisa?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu desconheço completamente. Nunca me envolvi com isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há uma citação aqui sobre isso, sobre conseguir uma liminar.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Mas a liminar é o que eu estava dizendo: é uma liminar como contragarantia, dando crédito do que a gente faz com as empresas, para conseguir certidão positiva com efeito de negativa. Eu já fiz isso dando crédito como garantia ou então com antecipação de tutela, oferecendo o próprio patrimônio, às vezes, da empresa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Até para preservar essa questão do Judiciário, como é consultoria, às vezes, as pessoas vendem dificuldade para fazer a coisa com mais facilidade. Nesse caso aqui, V.Sa. tem conhecimento de que os consultores, ou os próprios advogados que tinham esse serviço de consultoria vendiam isso também: *“Olha, eu consigo com um juiz uma liminar que suspende alguma coisa?”*

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, isso eu desconheço. Nunca me foi oferecido isso aí. Eu desconheço completamente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nós temos aqui um projeto tramitando sobre a questão do *lobby*. Eu sei que muitos advogados ou ex-conselheiros acabam realmente saindo. Quando saem do CARF, acabam montando consultoria. É o que acontece. Se pegar esses escritórios de consultoria aqui, todos eles, talvez pela experiência ou pelo relacionamento que tinham, acabam oferecendo esse tipo de serviço, que, no Brasil, é uma coisa meio informal. Nós estamos inclusive discutindo essa questão da regularização do *lobby*.



V.Sa. poderia falar alguma coisa sobre isso, em termos de contribuição, em função do que ocorreu com os consultores e os advogados que sempre negociaram facilidades no CARF? O que o senhor pensa sobre isso, para podermos aperfeiçoar a nossa legislação. Aliás, implantar, porque nem tem no Brasil.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Essa função de *lobby*, eu desconheço. Eu trabalho defendendo o contribuinte na esfera administrativa e judicial, usando o conhecimento técnico que eu tenho. Vão ver duas delegacias que fui delegado e também Presidente do CARF. Não atuo como lobista. E não sei como se dá isso na prática. Inclusive, as pessoas... Vou ver pela imprensa como funciona isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como foi a entrada do senhor na SGR? Anteriormente, o pai do Zé Ricardo era o sócio?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Foi a convite dele mesmo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vocês que iniciaram a empresa?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Nós iniciamos juntos. Aliás, parece-me que já existia, ele tinha criado essa empresa e aí me convidou para fazer parte, entramos eu e ele de sócios e um outro colega da Receita. Foi exatamente isso que ocorreu. Foi a convite dele, depois que eu tinha me aposentado, já fazia quase 1 ano que eu estava fora.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quando o senhor saiu da empresa?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Do CARF?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, Da SGR.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Saí em 30 de novembro de 2007.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. ainda pegou uma parte do Governo Lula?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sim. Peguei os dois Governos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Há um episódio aqui da TOV Corretora. Inclusive tivemos a oportunidade de conversar com a TOV na CPI da PETROBRAS. Havia uma medida provisória, na época, que facilitou muito e que, talvez tenha sido o grande facilitador de importação e exportação fictícia. Foram mais de 4 mil operações. A TOV foi uma das que realmente operou muito na CPI da PETROBRAS, com remessas de facilidade. Quando indagamos a Nelma Kodama, no Paraná, ela disse que a TOV abria conta sem documentos, facilitando. O que



aconteceu com a TOV no CARF? V.Sa. tem conhecimento? Parece que houve um pagamento de 566 mil para a SGR? Foi na época de V.Sa. ainda? Acho que sim.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Importação e exportação? Desconheço isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim. Mas conheceu a TOV.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Desconheço completamente esse trabalho. Agora, a TOV, nós trabalhamos para ela.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor lembra qual foi a demanda da TOV com relação ao escritório?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Foi uma defesa da área tributária. Era um processo... O que eu me recordo é que era um processo que envolvia decadência na área tributária. Não tem nada a ver com importação. Eu desconheço completamente esses outros assuntos aqui, embora tenha lido na imprensa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Trata-se de um algum pagamento de 566 mil reais de honorários.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não me recordo, Deputado. Faz 10 anos que saí de lá, não recordo o montante.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas é um valor razoável de honorários. Então, possivelmente, a causa é muito grande. O que era decadência?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - A matéria que foi lançada estava decadente. Era matéria tributária, fazia mais de 5 anos. O que eu me recordo foi isso. Mas os valores, não recordo.

**O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO** - Sr. Presidente, apenas pela oportunidade, eu gostaria de ceder o meu tempo ao Deputado Izalci, com a concordância dos demais colegas, já que somos apenas quatro aqui hoje. Eu não formularei perguntas. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Já estou contando o tempo de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu queria perguntar a V.Sa., Meigan, como foi a sua entrada no CARF. O pedido para ser conselheira foi através de quem? Quem era o Ministro na época?



**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - O pedido para ser conselheira você faz diretamente à CNC. Eu, pelo menos, fiz diretamente à CNC. Você vai lá, leva currículo, preenche, tem um formulário para preencher, eu preenchi e mandei meu currículo para lá. Na época, eu estava acabando de terminar um doutorado, eu cheguei, tinha um currículo bom, conhecia a matéria, ele nem sequer sabia disso, e eu encaminhei. Aí eu fui para lista tríplice. A lista tríplice é encaminhada para o Conselho. Na verdade, quem escolhe a cabeça da lista, como a gente chama, é a própria CNC, e ela informa, dizendo: *“Eu gostaria que fosse essa pessoa e, em caso de ela não poder assumir por qualquer motivo, eu recomendo os outros dois como suplentes, nesta ordem.”* E foi assim que eu entrei.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quando V.Sa. entrou lá?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Eu entrei em 2003.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Em 2013?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Em 2003. E fiquei até 2006.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. tomou conhecimento de que lá no CARF — na época, era Conselho de Contribuinte ainda, nem era CARF — existia esse tipo de *lobby*, esse tipo de pedido de vista, julgamento direcionado, a questão de relatoria? Às vezes, você avocava para si um processo, porque na época não tinha sorteio, não tinha nada.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Sempre teve sorteio. Sempre teve sorteio. Nenhum conselheiro pode pedir para ser distribuído um processo para si, porque é feito por sorteio. Antigamente, era feito o sorteio dentro da secretaria entre os... Os funcionários da secretaria é que faziam. A gente só recebia o lote já sorteado. E hoje em dia é eletrônico.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hoje em dia, melhorou bastante, mas depois de muitos anos.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Hoje em dia, digo, de 2007 ou 2008 para cá, ele tornou-se eletrônico. Na época em que eu fui conselheira, o sorteio era feito pelos próprios funcionários da Câmara.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Algum conselheiro pediu a V.Sa. alguma facilidade lá ou algum amigo? Era comum os conselheiros trocarem ideias sobre



processos? Por exemplo, um outro conselheiro chegou para V.Sa. *“Olha, vê esse processo pra mim, vê isso, vê aquilo”*. Era comum isso ou não?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. O que era bem comum, inclusive patrocinado pela própria Receita Federal, era a troca de jurisprudência. Então, eles utilizavam muito os correios internos do próprio CARF, do Conselho de Contribuintes, para difundir as jurisprudências que estavam sendo julgadas nas outras Câmaras e nas Câmaras Superiores.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas não era obrigado a seguir a jurisprudência?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Lá não tem súmula, nada assim, não é?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Hoje tem.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hoje tem, mas antigamente não tinha.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Antigamente não tinha.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Normalmente vocês...

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Mas geralmente a gente seguia as determinações do que estava tendo na Câmara Superior. Mas isso também era facultativo do entendimento de cada conselheiro.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. tomou conhecimento de que havia algumas falcatruas no Conselho, não com V.Sa., mas em outras Câmaras? V.Sa. tomou conhecimento disso?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. sabia alguma coisa?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Nós vínhamos a Brasília apenas uma vez por mês, 1 semana por mês, e para...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. é de onde, de São Paulo?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Sou do Rio Grande do Sul.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Do Rio Grande do Sul?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vinha de lá para cá uma vez por semana?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Na primeira vez que eu fui Conselheira, de 2003 até final de 2005, eu fiquei entre Rio Grande do Sul e Bahia,



porque eu me mudei para a Bahia. E eu só vim morar em Brasília mesmo no final de 2006.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. participa de alguma empresa aqui de consultoria? Participou de alguma empresa?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Eu sou advogada e sócia da...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só advogada? Só tem empresa de advocacia?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Eu tenho uma empresa hoje, porque sou estudante de psicologia. Tenho uma clínica.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Naquela época, você podia advogar e ser Conselheira ao mesmo tempo, não é?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Sim, senhor. Não tem impedimento nenhum. Inclusive, tem uma decisão do Ministro Herman Benjamin falando exatamente que a gente não tinha impedimento de advogar. Nunca tivemos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. poderia esclarecer sobre esse diálogo que foi feito com o seu pai sobre o pedido de vista? Como é que era isso? Poderia explicar esse episódio? É muito simples, não é? V.Sa. disse: *“Oi, pai. Tudo bem? Pode tirar...”* Ele pediu para que V.Sa. pedisse vista de algum processo? Como é que é? Como é que funcionou isso aí? Como é que foi isso aí?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Infelizmente, eu não vou poder me manifestar sobre esse tema, porque já é parte de uma denúncia. E eu estou me defendendo no Judiciário.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Pois é. Vai ficar, assim, como se esse foi um problema, porque vocês responderam tudo e não responderam isso. Vai ficar, assim, como se isso fosse... Mas tudo bem.

Bem, Edison, V.Sa. conheceu também conheceu o Vladimir. Quem é Vladimir? Seria o filho de Lytha Spíndola?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele é realmente filho dela?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sim, é filho dela.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Com relação a essa questão, houve uma outra indagação da Meigan. Perguntou para o senhor, fazendo uma aplicação de 900 mil



na pessoa física, e ficou de dividir esse valor. V.Sa. poderia falar um pouco sobre esse episódio, essa interceptação que foi feita da aplicação desses recursos?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Na verdade, são honorários que nós recebemos, se é o que eu estou entendendo, porque eu não tive acesso à implicação que o senhor está falando dessa ligação.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A Polícia Federal coloca aqui que essa conversa é sobre um depósito de aplicação financeira. V.Sa. lembra da necessidade de divisão do valor para pagamento de outras pessoas, provavelmente que auxiliaram na decisão?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. A gente tem funcionário, não é? E a gente precisa pagar alguns funcionários. E, na ocasião, inclusive eu tinha duas reformas em andamento de dois imóveis, e isso requer alguns funcionários, algumas pessoas trabalhando. Então, a gente tinha conta. E era referente a isso que eu estava explicando, que eu tinha que pagar muita gente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E o Vladimir recebeu alguma coisa nessa divisão aí? Vladimir, filho da Lytha Spíndola. V.Sa. lembra?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Ele recebeu honorários dele, eu acredito.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele era advogado também?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Também.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. disse, então, que o Ministro não tem interferência nenhuma nessa... A Confederação do Comércio indicou. É lista tríplice? V.Sa. fez parte da lista tríplice?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Fiz.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E aí foi para o Ministro Mantega?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não sei. Isso eu desconheço quem foi que encaminhou. Nós fazemos o pedido da CNC, a CNC manda para o Ministério da Fazenda, e quem decide, eu não...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E lá não houve nenhuma ingerência, nenhuma interferência?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Não sei quem é.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor também não ajudou nada no caso dela, não é, como disse?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não. Tem um comitê que... Tem um comitê.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Pois é, mas lá no comitê foi feito algum...

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nada?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Algum pedido especial?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa., que tem experiência, poderia nos esclarecer por que razão o Ministro Mantega preferiu alterar o Regimento Interno do CARF para nomear Cartaxo Presidente? Não havia outros nomes? O senhor lembra que foi feita uma alteração só para isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Nós tínhamos acompanhado, sim.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor sabe por que houve alguma...

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Desconheço, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O senhor trabalhou com o Cartaxo?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Ele trabalhou comigo, não é, porque eu fui Presidente dele, inclusive.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Na época, não é?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - É na época. Na Câmara Superior.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. tem algum conhecimento de que ele tenha participado de alguma irregularidade?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Desconheço completamente. Fico surpreso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O pessoal tem dito aqui realmente que ele é muito...

Quem conseguiu captar o Santander? Foi V.Sa.? Ou sabe quem foi para o escritório? O escritório prestou serviço para o Santander. V.Sa. participou desse trabalho de consultoria com o Santander?



**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Nós tivemos acho que algum processo, mas esse processo polêmico que saiu na imprensa, esse eu não tive participação nele não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. lembra desse processo do Santander? Há umas degravações aqui que falam sobre isso, exatamente entre V.Sa. com seu pai.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não lembra nada do Santander?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não. Não me recordo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sobre Francisco Vitelli. V.Sa. diz que recebeu e-mail de Francisco Vitelli dizendo que a diretriz do banco não compreende a necessidade de oferecer garantia. Quais são essas garantias?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Ah, sim. A garantia seria... Se é esse o processo ao qual está se referindo estávamos sendo procurados para dar uma assessoria, uma consultoria nesse processo. E, evidentemente, a gente tem que nos cercar de alguma garantia. Como não deram, nós abandonamos o barco, nós não quisemos trabalhar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Houve alguma divergência lá, porque houve um momento em que o senhor disse isso: *“Eles não têm como resolver.”*

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - É.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - *“Vão para a Justiça”*. E ainda diz assim: *“Depois pode tomar um cano de 8 milhões e que sem a garantia não tem negócio”*.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - É exatamente por esse motivo que nós não, não...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não chegaram a...

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não chegamos a contactar com eles não. Abandonamos completamente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Vou concluir, Presidente.

Sobre a TOV, V.Sa. não lembra exatamente desses 566 mil que foram pagos.



**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, não me lembro. Faz muito tempo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. não chegou a trabalhar diretamente nesse processo da TOV?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não. Acho que sim, Deputado. Eu não posso afirmar que...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas é o que o senhor falou decadência foi a...

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Sim, eu sei. Agora o valor é que eu não sei se era esse aí.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, há mais umas coisinhas aqui, mas, como eu estou inscrito, eu falo posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Vou passar a palavra ao Deputado Hildo Rocha, que vai fazer as perguntas do Relator, que se encontra ausente.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Bom dia, Deputado Pedro Fernandes, Presidente da Comissão, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, os dois membros aqui que estão convocados, ex-Conselheiros do CARF.

O Relator pediu que eu fizesse as seguintes perguntas.

Primeiro ao Sr. Edison. O que V.Sa. tem a dizer a respeito da denúncia que pesa sobre V.Sa., a qual foi recebida pela Justiça?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não posso falar, porque já estou me defendendo na instância própria, que é a própria Justiça. Então, tudo o que eu disser aqui pode ir contra o que nós estamos argumentando na Justiça.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - No dia 23 de setembro de 2014. V.Sa., em conversa com Tharyk ao telefone, conversa sobre o caso de um homem conhecido que estava preso na Delegacia da Mulher. Pergunta a Tharyk se ele conhecia alguém para dar uma aliviada no caso. Em seguida, afirma o seguinte sobre o problema: *“Aí eu acho que só o advogado mesmo, não é? V.Sa. não se considera advogado mesmo?”*

Nesse caso, em que consiste a atuação profissional atual de V.Sa.?



**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Ah, Deputado, eu desconheço essa questão aí. Eu não me recordo desse caso e desconheço quem é... Não me lembro desse episódio aí. Certamente, não trabalhamos, se não eu teria...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Seus colegas de consultoria tributária afirmaram a esta CPI que vêm tendo perdas sucessivas de patrimônio. Entretanto, V.Sa. declarou um patrimônio a custo histórico de quase 10 milhões de reais à Receita Federal em 2013.

Como V.Sa. explica esse fato, apesar de praticamente não ter processos em seu nome no Tribunal Regional Federal da 1ª Região?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - As explicações estão na declaração de renda. Está tudo documentado, com a origem dos valores e aquisição dos bens. Não tem nenhuma... nenhuma aquisição de patrimônio que eu não tenha justificativa. Recentemente, eu estou explicando para a Receita a origem de alguns recursos que recebi e que foram todos documentados. Está tudo registrado. Não tem nenhum problema com relação ao meu patrimônio.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Muito bem. Eram essas as perguntas ao Sr. Edison Pereira.

Agora, o Sr. Relator pediu que fossem feitas algumas perguntas à Sra. Meigan.

Sra. Meigan, V.Sa. consta como sócia administradora de uma clínica de psicologia denominada Cura. V.Sa. é psicóloga?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não, estou me formando em Psicologia.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - V.Sa. se identifica como advogada tributarista. Entretanto, desde 2004, quando passou a atuar no CARF, possui apenas 13 ações indexadas em seu nome no sítio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região na Internet. Como V.Sa. explica tal fato?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Porque eu estudei, fiz pós-graduação, mestrado e doutorado. Inclusive já escrevi muitos artigos sobre o tema. Sou uma estudiosa do Direito Tributário e sempre atuei na parte de consultoria e orientação da parte tributária, inclusive estadual. Acredito que tenho um forte



conhecimento, não só por isso, e eu nem fui aprovada pelo Comitê Gestor do próprio CARF em função de ter esse conhecimento para continuar sendo julgadora.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Mas a pergunta que é feita aqui pelo Relator é: por que, com todo esse conhecimento que V.Sa. tem, possuía apenas 13 ações? A senhora defende 13 ações. Por que apenas 13?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - No Judiciário?

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Isso.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Pois é, porque isso não influencia todo o arcabouço do que eu posso fazer dentro do Direito, como consultoria, explicação, escrever artigos. Há uma série de outras coisas.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - V.Sa. argumenta que em sua primeira indicação para o órgão foi escolhida por ser doutoranda em Direito Tributário.

V.Sa. chegou a concluir o curso de doutorado?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Infelizmente, não. O meu orientador faleceu.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Quando foi?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Que ele faleceu? Em 2008, se eu não me engano.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - E onde foi esse curso?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Foi em Salamanca, na Espanha.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - V.Sa., apesar de tão jovem, declarou à Receita Federal um patrimônio a custo histórico de mais de 2 milhões de reais em 2013. Como V.Sa. explica o fato?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Como eu expliquei na minha própria declaração. Lá constam todos os valores, com todas as origens, tudo que eu adquiri ao longo do tempo todo trabalhando.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Nos anos de 2011 a 2014, V.Sa. relatou, respectivamente, 7, 28, 41 e 44 acórdãos. Os presidentes de turmas em que atuou relataram nos mesmos anos, respectivamente, 24, 78, 111 e 246 acórdãos. Comparando a sua produção com a desses presidentes, representantes da Fazenda Nacional, nota-se que a sua produção era — pedimos vênia para o uso do termo — pífia.



Como V.Sa. explica que relatou em seu ano de maior produção menos de 40% dos acórdãos relatados pelo presidente da sua turma e no pior deles menos de 20% de tais acórdãos?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - É fácil de lhe responder essa. Porque todos os conselheiros dos contribuintes tinham um número “x” para postar, para relatar processos, que era substancialmente inferior aos do Fisco, como o do Presidente que V.Exa. está relatando, em função de que eles tinham o mês inteiro só para relatar processos e não precisavam prestar seus atendimentos junto a nenhuma delegacia da Receita Federal e só prestavam seus serviços no CARF, enquanto eu era advogada, mãe, estudante e, além de tudo isso, também não recebia um tostão. Então, eu precisava também trabalhar. Então, todos os conselheiros dos contribuintes recebiam recomendação de que relatar processo tinha um número bem inferior aos do fisco.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Em sua declaração na CPI do Senado, V.Sa. disse que, na conversa interceptada pela Polícia Federal, conversava, em setembro de 2014, com seu pai sobre um pedido de vista de processo na Secretaria do CARF, para a extração de cópia xérox. Entretanto, segundo informações do Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto, atual Presidente do órgão, todo o acervo de processos é digital. Se o acervo é digital, como V.Sa. explica essa divergência?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Nem todo acervo é digital, mas, ainda que fosse todo o acervo digital, a gente precisa ir até o setor de documentação, fazer o requerimento do pedido de cópias e vista do processo e aí você vai ser remetido... Eles vão fazer um levantamento dos dados, do valor que vai sair, eles te mandam recolher o DARF e, posteriormente a isso, que leva mais ou menos em torno de 1 dia a 2, eles lhe entregam depois que você recolhe o DARF e encaminha a petição com o DARF recolhido. Eles vão fazer a cópia integral do processo e vão lhe entregar ou num *pen drive* ou num CD.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Muito bem.

Sr. Presidente, eram essas as duas perguntas que o Sr. Relator, Deputado João Carlos Bacelar, encaminhou ao Sr. Edison Pereira Rodrigues e à Sra. Meigan Sack Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.



Havendo quórum, eu vou pedir licença ao Plenário para retornar ao item 2.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 16ª reunião ordinária da Comissão, ocorrida em 19 de maio de 2016.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu queria já fazer aqui uma solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Está correta a informação, mas incompleta no que me diz respeito. De fato, eu não compareci na última reunião, mas eu queria que registrasse que eu estava num evento da EUROLAT, em Portugal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Será registrado na próxima ata.

Ata 15, de 2016.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Eu também peço licença ao Plenário para nós irmos ao item 5, que trata de deliberação de requerimentos. Os primeiros 11 itens de requerimentos são muito importantes e eu queria aproveitar o quórum, antes da Ordem do Dia, para submetê-los a aprovação.

Item 1.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu quero subscrevê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Item 1. Requerimento nº 179, do Sr. Carlos Sampaio, subscrito pelo Deputado Izalci, que requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, sejam transferidos os sigilos bancário, telefônico e fiscal da empresa SGR Consultoria Empresarial, CNPJ nº 06.265.629/0001-40, no período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2015.

Em discussão.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, seria oportuno os autores do requerimento explicarem por que estão requerendo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Izalci, por favor.

Ele entrou aqui como critério porque o Sr. José Ricardo da Silva esteve aqui e o Relator sente necessidade de... Não sei se todos os senhores já sabem, mas nós estamos aqui com um delegado da Polícia Federal nos auxiliando e estão chegando mais dois funcionários da Receita para nos ajudar. Então, nós precisamos desses documentos aqui na Casa para serem examinados por peritos.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Justificativa do requerimento. No âmbito da Operação Zelotes, há a informação de que dois escritórios foram contratados pelo Grupo Caoa e pela MMC para aprovação da Medida Provisória nº 471, de 2009, que foi a Consultoria SGR e a Marcondes & Mautoni. Ambos são investigados por atuar na montadora no esquema de corrupção do CARF.

As informações apontam que o dono da SGR, José Ricardo, era parceiro de negócios do lobista Alexandre Paes dos Santos, ligado a Erenice Guerra, Secretária Executiva de Dilma Rousseff na Casa Civil, quando a medida provisória foi discutida.

Consta que uma das empresas de fachada de Erenice Guerra movimentou 365 milhões entre 2009 e 2013. Além de ser sócia oculta do chefe do esquema, José Ricardo da Silva, Erenice seria sócia em duas empresas de fachada.

Vale registrar ainda que Erenice, quando era Ministra da Casa Civil de Dilma, indicou José Ricardo para o CARF, e, após deixar o cargo, tornou-se sua sócia oculta através de um contrato de gaveta.

Ademais, o relatório da Polícia Federal sobre a Operação Zelotes diz que José Ricardo é o articulador e possível chefe da suposta organização criminosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu acho que já dá...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - São informações importantes. É documentação da quebra de sigilo fiscal e telefônico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação...



**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu voto a favor, Sr. Presidente. Eu só queria registrar o que é parte da pergunta que eu quero fazer, como é que o CARF atuou na venda de medida provisória, porque eu ainda não consegui entender isso. Mas eu voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, eu queria colocar em bloco a votação dos itens 2 a 11, em que estamos pedindo documentos, para que os Srs. Deputados e, inclusive, os assessores possamos trabalhar.

Item 2. Requerimento nº 73, de 2016, do Sr. Izalci.

Item 3. Requerimento nº 74, de 2016, do Sr. Izalci.

Item 4. Requerimento nº 75, de 2016, do Sr. Izalci.

Item 5. Requerimento nº 111, de 2016, dos Srs. Paulo Pimenta e Helder Salomão.

Item 6. Requerimento nº 183, de 2016, do Sr. Carlos Sampaio, subscrito pelo Sr. Izalci.

Item 7. Requerimento nº 253, de 2016, do Sr. Alexandre Baldy.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Quero subscrevê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Subscrito pelo Sr. Hildo Rocha.

Item 8. Requerimento nº 255, de 2016, do Sr. Delegado Éder Mauro.

Alguém gostaria de subscrevê-lo?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu posso subscrevê-lo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O Sr. Izalci e o Sr. Joaquim Passarinho o subscrevem.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, quando alguém subscrever requerimento porque o autor está fora, eu vou pedir encarecidamente que o tempo não seja somado, porque quem não pratica essa subscrição tem que esperar pacientemente mais tempo do que gostaria, às vezes. Então, eu acho que se poderia deixar para a próxima reunião...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas esse é de documentos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É de documento, compartilhamento.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ah, é documento. Desculpem-me. É que eu estava falando com assessor. Desculpem-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Item 9. Requerimento nº 310, de 2016, do Sr. Marcus Pestana.

Item 10. Requerimento nº 311, de 2016, do Sr. Marcus Pestana.

Item 11. Requerimento nº 366, de 2016, do Sr. Félix Mendonça Júnior.

Eu pediria que alguém o subscrevesse, porque é um documento importante.

Deputado Hildo Rocha, V.Exa. pode subscrever?

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Eu o subscrevo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Em votação os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

No final das oitavas, voltaremos ao restante dos requerimentos.

Eu passo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho, autor do requerimento.

V.Exa. tem 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, é a segunda vez que vemos nos depoimentos pessoas ligadas ao CARF como se isso fosse algo passado de pai para filho. O Sr. Edison foi do CARF, saiu do CARF, e D. Meigan entrou no CARF depois ou antes de ele ser CARF — não era nem CARF o nome. A mesma coisa aconteceu com o Sr. José Ricardo: o pai era do CARF. Aí, quando sai um, entra outro.

O Sr. Edison parece que veio pela Receita. A senhora veio por indicação de quem?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Pela Confederação Nacional do Comércio.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Como é feita essa indicação pela Confederação? A senhora tinha ligação com a Confederação? As pessoas a procuraram? Houve indicação? É engraçado o que nós vemos muito aqui. Metade é



indicada pelas confederações. Quando nós perguntamos qual é a relação dessas pessoas com as confederações, é nenhuma — é nenhuma. “Participava?” “Era de lá?” “Fazia parte do Conselho?” “Era ligado ao Presidente, a alguém?” “Quem indicou?” Ninguém indicou. Parece que caiu do céu.

Então, nós queríamos entender como é que as confederações... Até porque, Sr. Presidente, eu acho que essas indicações, a partir de agora, vão ter que ter uma corresponsabilidade. Não dá para uma confederação indicar um conselheiro que se mete em falcatrua e depois simplesmente dizer: “*Eu não tenho nada a ver com isso. Eu nem conheço essa pessoa.*” Eu acho que nós precisamos ter, no final desta CPI, essa proposta de vinculação também ou uma corresponsabilidade de quem indica essas pessoas.

Então, nós queríamos entender qual é a sua ligação com a Confederação. Quem a senhora conhecia lá? Trabalhava lá? Como foi feita essa escolha?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Você encaminha o seu currículo, faz, preenche toda a ficha que eles pedem, que está lá à disposição para toda e qualquer pessoa. Tem que preencher os requisitos de ter conhecimentos jurídicos, que era o que vigia na época. E eu fiz o pedido e encaminhei. Depois disso, eu desconheço como é o procedimento interno da Confederação do Comércio, como é a análise de cada currículo. Eu desconheço isso. E aí, depois disso, eles encaminham para o Ministério da Fazenda, e lá é que eles fazem a eleição do que...

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - A pessoa faz uma entrevista lá? Conversa com alguém?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Nada? Manda o currículo e pede?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Manda o currículo, exatamente, e pede. Faz e manda o currículo, preenche a ficha e pede. Hoje...

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Então, é simples assim? Qualquer um, qualquer advogado chega lá, manda um currículo, entrega à Confederação e diz “*Eu quero ir para o CARF*”, e ganha um cargo desses do CARF?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Você faz...



**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - É uma coisa bem simplória assim?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Antigamente, você fazia esse pedido e encaminhava. Hoje, que foi quando eu fui nomeada pela segunda vez, no segundo mandato que eu tive, você passa pelo Comitê Gestor.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - O que é esse Comitê Gestor?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - O Comitê Gestor é formado por membros da Receita Federal, membros da Procuradoria da Fazenda, membros do CARF e membros de notório saber jurídico, que na época era...

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sim... Mas isso é pós-indicação já?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não, isso é o Comitê... pós-indicação. Você é encaminhado. E hoje selecionado.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Pós-indicação. É que eu estou querendo chegar a como é que sai uma indicação dessas...

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Desconheço.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - ...porque a maioria das pessoas que se envolveram foram indicadas, muitas indicadas por essas confederações, e nós não sabemos de onde vieram. As confederações não sabem quem são as pessoas. Não há um estudo sobre a vida da pessoa, não há nenhum tipo de relação. Nós estávamos querendo entender isto: como as confederações entendem. Você manda um currículo — é tão simples assim? —, você manda um currículo, a confederação o escolhe e indica. É assim? Não há indicação política, não há interferência política, não há uma indicação, não há um conhecimento com o Presidente, nada?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Não, não; não que eu saiba.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Sr. Presidente, nós temos realmente que mexer em algumas coisas em relação a isso.

Sr. Edison, nós temos aqui a transcrição de algumas escutas em que o senhor dizia que garantia 95% de chances à Ford de sair vitoriosa em um processo para reduzir ou anular multas da Receita. Para investigadores, a mensagem indicava que a quadrilha que atuava no CARF tinha facilitadores que atuavam junto a



conselheiros no sentido de reduzir ou mesmo anular o débito de companhias. E, no e-mail, fazia a ligação... que trabalha para a Mitsubishi. A transcrição aqui está dizendo: *“Se eu participar [...], eles têm mais ou menos 95% de chances de ganhar. Caso contrário, perderão com certeza. A bola está com vocês. [...] Não pagarão mais do que 2% a 3%”, disse Rodrigues na mensagem obtida pela Folha*”.

O senhor tem alguma coisa a dizer sobre isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deputado, esse já está no âmbito do Judiciário, está correndo o processo. E eu estou dando as devidas explicações ao Judiciário com relação a essa questão. Então, eu gostaria de me desculpar com o senhor e usar do meu direito de não responder.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Nós voltamos para aquela... Presidente, nós não conseguimos andar. Nós só sabemos o que já está na imprensa. Eles só comentam o que já está na imprensa. E eu volto a dizer que as pessoas que vêm aqui, na minha opinião, perdem uma boa oportunidade de tentar esclarecer alguma coisa e nos ajudar também.

A nossa intenção, Sr. Edison, não é só em cima de quem já está envolvido, até porque vocês já estão respondendo a processo. A nossa intenção é melhorar isso. A nossa intenção é que se acabe com essa sangria.

Eu tenho dito em todas as audiências: este País mudou. Eu venho de um Estado pobre — volto a dizer, como sempre digo — e é muito difícil nós olharmos uma criança no sinal pedindo esmola, porque não tem dinheiro, enquanto vemos que milhões estão num acordão desse tamanho.

Então, pesando na consciência de cada um... Os processos vocês já vão responder. Isso não muda nada. O que nós queríamos, numa vinda aqui, é ver o que vocês podem nos ajudar de informação, para que nós possamos...

Um caso como esse de indicação, Presidente, não pode ser uma coisa tão simples assim. Eu não posso mandar um currículo lá e, depois, conseguir um amigo que me indique e eu vá representar, dentro do CARF, a confederação. E a confederação lava as mãos, diz que não sabe nem quem é essa pessoa. Então, deixe de indicar. Nós temos que aprimorar esse... Normalmente, o pai sai do Conselho e entra um filho. E depois o pai vai fazer um escritório de advocacia e atuar dentro do CARF, onde o filho é conselheiro. É inadmissível isso! A coisa é tão



simplória. As explicações são tão simples. E essa coisa acontecia de uma maneira tão simples, tão normal, que às vezes nos assusta. Como este País ainda sobrevive? A sangria é muita. É muita gente tomando esse leite. Essa vaca está morrendo. Nós precisamos dar um jeito de reverter isso.

As perguntas são poucas até porque só conseguimos a resposta em relação àquilo que já está na mídia ou já está divulgado. Mas eu volto a dizer a todos os dois que estão aqui: a nossa intenção não é em cima de alguns de vocês. A nossa intenção aqui é entender alguma coisa a mais do processo, já que vocês estavam totalmente envolvidos no processo, e ajudar este País a poder normatizar isso, para que fatos como esses, que vinham acontecendo, não possam acontecer.

Então, aqui fica o pedido a qualquer um dos dois: se quiser dar alguma sugestão e nos falar, até para que aprendamos realmente como funcionava isso, para que não volte a acontecer esse tipo de possibilidade de empresas com milhões para pagar conseguirem, numa negociação sempre muito simplória, deixar de pagar...

Eu não estou aqui contra o CARF, pelo contrário, defendo o CARF. Acho que nós temos é que aprimorar o CARF, para que ele possa não só fazer o papel de proteção do Estado, mas também o de proteção do contribuinte.

Então, se um dos dois depoentes puder falar alguma coisa a respeito, dar ideia, para que possamos confirmar e afirmar esse CARF de uma maneira mais específica e mais eficiente... É para o que precisaríamos da presença dos dois.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu queria perguntar ao Sr. Edison se o CARF, em alguma medida, algum dia atuou em alguma medida provisória nos 9 anos em que esteve lá na sua experiência de conselheiro ou Presidente do CARF.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Quando saem essas matérias na imprensa, falando essas questões do CARF envolvido em medida provisória, eu fico também estranhando que nem o senhor, porque não vejo nenhuma ingerência do



Conselho, salvo melhor juízo, do CARF, com relação a essas medidas provisórias que foram ventiladas na imprensa. Eu não entendo por que, o que tem o CARF a ver com isso. Nunca constou... Nunca soube, nesses meus 9 anos, como eu disse, nos dois Governos em que trabalhei, de qualquer informação lá dentro do CARF que tivesse algum relacionamento com a questão de venda de medida provisória. Nunca vi isso. E nem tem relação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Se o Deputado Chinaglia me permitir...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É um subproduto do...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Essa resposta dele é relevante. É importante ficar bem... Quero aproveitar a oportunidade. V.Exa. fez uma pergunta bastante adequada, e o depoente está dando esclarecimento. No entendimento dele — é claro — não existe nenhuma conexão entre as medidas provisórias e o CARF.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - A segunda pergunta é a esse respeito. Eu tenho a informação, que pode ser verdadeira ou não, de que o senhor teria sido condenado, por sentença do Juiz Vallisney de Souza Oliveira, exatamente por suposto envolvimento. Não o é?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Nunca fui condenado, em absoluto. Eu acho que há uma confusão com outro Edison.

**(Não identificado)** - Nunca foi processado nem denunciado?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Nada.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não tem o seu envolvimento nisso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não tem nem denúncia até agora.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu tenho aqui essa informação. É por isso que eu fui com cautela, porque não fui eu que pesquisei. O que diz aqui no que eu tenho é o seguinte... *(Pausa.)*

Aqui a assessoria me preparou dizendo o seguinte: que o senhor e a sua filha, a Sra. Meigan, são citados também no Processo nº 0070091-13.2015, etc., 10ª Vara Federal, que julgou e condenou os envolvidos na venda de medidas provisórias, com o objetivo de conceder benefícios fiscais.



A pergunta que faço então, mudada, é a seguinte: de que maneira que o senhor é citado nessa condenação, de acordo com esse relato da assessoria aqui?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu acho que existe um equívoco monumental. Nós nunca fomos... Não trabalhamos com medida provisória. Não participamos. Acho que alguém está enganado com relação a essa questão. A propósito disso, posso complementar? Há esses equívocos. Eu sou de uma família de polícia. Tenho quatro irmãos policiais. Eu mesmo fui nomeado Delegado da Polícia Federal, na época.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas o senhor já foi perdoado por isso. *(Riso.)*

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deputado, cometeram alguns equívocos aqui. Não é má-fé da Polícia Federal, em absoluto. Eu respeito muito a instituição, até porque tenho amigos também lá. Foi dito aí nas escutas que eu viajei para Londres, para Luxemburgo, para o Canadá, acompanhando uns clientes, com relação a TDA e outras operações financeiras. Nunca botei os pés nesses países, nem conheço inclusive, mas está no relatório dizendo que eu viajei para lá. Então, esse aqui, para mim, é mais um equívoco monumental. Não tenho ligação nenhuma com medida provisória.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Deixe-me fazer uma pergunta ao senhor. A pergunta ao senhor é a seguinte. Eu brinquei com a Polícia Federal. Obviamente, é uma função importante. Quando cita o senhor, o juiz se apoiou no trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público, ou ele inferiu?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não. Eu acho que há um equívoco. Nessas medidas provisórias, eu não tenho... Nunca ouvi falar que eu tivesse qualquer... Em absoluto. Acho melhor conferir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k. Eu agradeço. Eu vou conferir, porque estou lendo...

Vou perguntar à Dra. Meigan o seguinte. A senhora mencionou a decisão do Ministro Benjamin que permitiu o exercício da função de advogada ou advogado, sendo também conselheira do CARF. Nós temos a informação de que a OAB, durante muitos anos, décadas, não recomendava essa dupla militância e mais recentemente teria tido uma decisão proibindo. A pergunta que eu faço à senhora é



a seguinte. Obviamente, não queremos imputar culpa ou responsabilidade a quem quer que seja, porque não temos aqui nenhum dado, a não ser aqueles que nos chegam às mãos. Eu vou fazer uma análise, portanto, antes de fazer a pergunta.

Num ambiente onde alguns desviaram muitos recursos do Estado brasileiro, é difícil acreditar que quem frequentava o CARF não sabia o que estava acontecendo — perdoem-me —, inclusive os próprios conselheiros. É claro que uns podem fazer bem a sua função e outros não.

A pergunta que eu faço é a seguinte: os advogados militantes não conselheiros não sabiam o que estava acontecendo no CARF durante anos a fio? E, por consequência, na sua opinião, a OAB, em nenhum momento, orientou a senhora e outros advogados de que ali existia uma suspeição grave que poderia comprometer, enfim, a lisura desses processos?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Eu desconheço, respondendo à primeira pergunta. Segundo que... Nós tínhamos uma orientação da própria Advocacia-Geral da União, corroborada por uma decisão do Presidente do Tribunal Regional da 1ª Região, dizendo que, sim, nós podemos, sim, advogar no Conselho de Contribuintes. Nós não temos impedimento para advogar. O impedimento que consta é para julgar. O impedimento é em três ocasiões: se o processo fosse meu; se o processo fosse de algum parente até terceiro grau; e se fosse de algum cliente, única e exclusivamente. O resto... Não consta nenhum... Reformulando para o senhor: houve 62 ações populares; a AGU saiu na defesa de todos os conselheiros dos contribuintes, porque todos, Fisco e contribuintes, foram colocados nessas ações, fez um parecer; o Presidente do Tribunal Regional da 1ª Região foi substancial dizendo realmente que a gente podia advogar e não podia era julgar os processos nesse caso. Houve, nessa ocasião, uma decisão, um posicionamento do Ministro Herman Benjamin falando exatamente isso, que não havia, em todo o regimento ou mesmo as consultas feitas pela OAB, dizendo que não poderíamos advogar, proibindo o exercício da profissão, e, sim, de julgar nesses três casos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Vou concluir, Sr. Presidente. Com referência à defesa da Mitsubishi...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E já foi corrigido.



**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ...qual é a explicação que a senhora tem, bem como o Sr. Edison? Porque, também a conferir, existe uma informação de que vocês estariam respondendo a um inquérito específico por essa ligação com a Mitsubishi. Isso corresponde aos fatos ou não?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Na questão... O senhor está falando das medidas provisórias?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu estou falando da Mitsubishi. Não sei se envolve medida provisória ou não.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Quanto a isso, eu não vou poder lhe responder, porque realmente a gente está respondendo a um inquérito. Aí eu vou me resguardar do direito de respondê-lo somente lá.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Deputado Chinaglia, a Mitsubishi está envolvida nas duas coisas. Depois eu vou falar. Deve estar havendo uma confusão aqui entre CARF e medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Obrigado, Presidente.

É importante avançarmos nesse trabalho da CPI do CARF, que está relacionada com a Operação Zelotes...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Lembro só que temos mais dois depoentes nos aguardando aqui.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Pois não.

Nós temos vivido na conjuntura recente operações dessa natureza graças ao fato de pela primeira vez o Estado brasileiro permitir autonomia à Polícia Federal e ao Ministério Público, coisa que antes do Governo Lula não existia. A Polícia Federal era amordaçada, o Ministério Público era amordaçado, a Procuradoria-Geral da República era “engavetadoria-geral” da República. Nada do que nós estamos trabalhando aqui, Sr. Presidente, seria possível sem as medidas que foram tomadas no Governo Lula e no Governo da Presidenta Dilma. E o que nós vimos foi aproveitar-se dessa autonomia. E aí as elites econômicas, de forma bem articulada



com a mídia e com Parlamentares corruptos, transformaram e enviesaram esses processos, visando a operações que pudessem sustentar um golpe de Estado.

Todos os brasileiros ontem passaram o dia estarecidos com a divulgação das gravações do Senador Jucá com o Sérgio Machado. Acho que ninguém poderia fazer uma autópsia tão perfeita do golpe quanto aquelas gravações. Inclusive, eu sugeriria à Presidenta Dilma que as mandasse à Ministra Rosa Weber, já que Rosa Weber pediu à Presidenta que explicasse por que é golpe. Eu acho que essa é a melhor resposta que poderia dar. É cristalina. As gravações traduzem toda a articulação que foi feita para que o golpe acontecesse.

E a Lava-Jato foi instrumentalizada. Tentaram instrumentalizar a Zelotes também, para incriminar o PT e desestabilizar o Governo. Portanto, criaram-se as condições para a aprovação do *impeachment*, a derrubada da Presidenta Dilma e a colocação no poder de forças políticas que se uniram para pôr fim à Lava-Jato, pôr fim à Zelotes, pôr fim a todo o combate à corrupção.

A primeira questão é que a conversa desses dois delinquentes, em março de 2016, ou seja, bem antes daquela deplorável sessão de 17 de abril, quando a mídia internacional — não sou eu que estou afirmando não —, a mídia internacional disse que uma quadrilha, comandada por Eduardo Cunha, golpeou a democracia e tirou uma Presidenta honesta. O que essas gravações ficaram fazendo... Quem trancou essas gravações até agora? Isso é algo que a população brasileira toda quer saber. Sérgio Moro tinha posse dessas gravações desde março? Janot tinha posse? Quem estava com essas gravações desde março, que Sérgio Machado entregou na sua delação premiada?

Esse golpe, com certeza, foi moeda de troca para livrar a cara desses bandidos. É um Governo golpista, integrado por Ministros golpistas, implicados na Lava-Jato. Fez parte dos acertos para blindar os corruptos.

Um estudo interessante que me passaram aponta que, tirando o Ministro da Cultura, que tomou posse ontem, todos, todos os Ministros do Governo golpista estão implicados na Lava-Jato ou têm relações com outras investigações e outras denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro. Então, é um Governo golpista desde o golpista mor, o traidor Temer, até todos os bandidos que integram, como interventores, os vários Ministérios.



A Lava-Jato foi direcionada, selecionando-se como alvo o PT. Pasmem os senhores: dos 105 condenados — a Lava-Jato já condenou 105 pessoas! —, apenas 2 têm relação com o Partido dos Trabalhadores; no entanto, venderam-na, a grande mídia toda, como se a Lava-Jato estivesse expondo corrupção do Partido dos Trabalhadores.

Na verdade, um dos políticos mais citados, com delação premiada, provas, caminho do dinheiro, Presidente, montado, foi Aécio Neves. E Aécio Neves, graças ao representante do PSDB no Supremo, o Ministro Gilmar Mendes, foi de novo blindado totalmente, proibido inclusive de ser investigado.

Então, o Governo Temer-Cunha é um governo que pautou a estratégia da impunidade. Cunha já botou o Ministro da Justiça, não só ex-advogado dele, como também ex-advogado do PCC; já botou o subchefe jurídico da Casa Civil; já botou na AGU comandados dele. E, pasmem, o Líder do Governo é indicado por Eduardo Cunha.

Eu queria concluir fazendo um desafio: se não prender Jucá, o Supremo está assinando embaixo, não só como cúmplice, como também copartícipe do golpe. Jucá não disse como Delcídio. E Delcídio disse que ia pedir a ajuda de um Ministro do Supremo. Jucá disse que falou com Ministros do Supremo — com Ministros, no plural — e que eles disseram que tinha que tirar Dilma para acabar a Lava-Jato, que tinha que fazer o golpe para acabar a apuração contra a corrupção. Então, tem que prendê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É o Deputado Marcus Pestana agora.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Que as pessoas falassem bobagem sobre o tema em pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu não posso censurar o Deputado. No tempo, ele faz...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Tantas bobagens V.Exa. fala aqui.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu falo as minhas bobagens dentro do tema.

Eu queria perguntar ao Dr. Edison, porque não ficou claro para mim: o senhor é réu num processo na 10ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu nunca fui réu, em processo nenhum, até hoje.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Então, é um homônimo do senhor.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deve ser um homônimo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Todas as pesquisas eu...

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Réu?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor está aqui sob juramento. Está protegido por um *habeas corpus*, mas — esta é uma CPI — o senhor não pode mentir. Configura crime mentir à CPI.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deputado, eu confesso que... Denúncia até pode haver. Agora, réu eu não... eu não...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Consta que o senhor é réu na 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Pode ser que eu seja...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Peço à assessoria da CPI que esclareça melhor essa questão.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu, até agora, não... citado (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor tem uma longa experiência, foi da Receita Federal. O senhor entende, com todos esses fatos apurados... (*Pausa.*) Ainda não foi citado.

Bem, o senhor é um experiente servidor da Receita Federal, que eu considero uma das ilhas de excelência do Estado brasileiro e, ainda assim, vulnerável. Com toda a vivência no CARF, o senhor entende que, com esses fatos revelados pelas... O CARF foi capturado por um esquema criminoso, que operava... O senhor, depois, juntando o quebra-cabeça do que o senhor viu, o senhor entende que o CARF foi capturado por um sistema de corrupção, envolvendo empresas, intermediários, servidores públicos e conselheiros?



**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Ah, Deputado, o que a gente tem visto na imprensa e também tem tido conhecimento pela imprensa é que há algumas pessoas envolvidas. Agora, o que tem que separar é o joio do trigo...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É claro.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - ...com relação a isso aqui, saber quem trabalhou honestamente e quem não trabalhou com relação a isso aí.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor se considera completamente isento de qualquer participação?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Eu sempre me pautei por uma conduta ilibada. Tanto que, nas duas delegacias em que eu fui delegado — em uma fui 5 anos —, não houve qualquer denúncia a meu respeito. E lá os controles eram muito mais frágeis. Se eu tivesse a tendência para isso, eu não precisaria estar aqui nem estaria no CARF hoje, inclusive.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E a que se deve então o envolvimento do seu nome nessa questão, no seu ponto de vista?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Deixe-me lhe dizer assim: existe um ou dois, talvez um ou dois colegas que não... Há uma resistência da Receita, o que é normal. Eu também fui fiscal, também reagia, e algumas vezes até erradamente, tentando manter um lançamento defeituoso ou decadente ou prescrito ou com algum defeito de lançamento.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu digo tranquilamente, porque tenho profunda admiração pela Receita. Minha irmã foi por 25 anos e foi, inclusive, Conselheira do CARF, por 4 anos. Tenho o maior respeito pela Receita Federal e me surpreende esse escândalo que veio à tona. O senhor foi sócio do Dr. José Ricardo da Silva?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Olha, quando eu respondi... No primeiro dia da Zelotes, que eu respondi ao delegado, eu não tinha lembrança, porque faz 10, 12 anos que eu saí de lá, que tinha havido lá, que eu entrei, uma modificação. Meu sócio se separou da esposa dele, resolveu sair por razões de patrimônio, sei lá o quê, e colocou o José Ricardo. E eu vi isso só agora, inclusive, não tinha nem contato...



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor não tem nenhum contato? Não tinha conhecimento dessa sociedade?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, não, conhecimento da... Vagamente eu me lembrei depois disso, que tinha havido essa alteração lá inclusive, lá por 2004/2005. Faz 12 anos, não é? Então...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Então, o senhor não tinha o papel de captador de clientes? Sem nenhum sentido pejorativo.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, nós fazíamos contato, eu e meu sócio, o Dr. Ivani — com o Ivani, e não com o José Ricardo —, nós tínhamos contato com clientes, nós visitávamos alguns clientes que tinham interesse.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Com o José Ricardo nenhum contato?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, não, em absoluto.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Com empresas, para dar assessoria, o que é legítimo. O CARF existe para isso. Contratar advogado e consultoria para disputar um contencioso fiscal não é crime, em si.

O senhor se envolveu com a Mitsubishi e com a Ford no caso do julgamento do CARF?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Olha, lá fora... Eu já respondi aqui que eu estou me defendendo em juízo, Deputado. E a Mitsubishi, com relação à medida provisória, com absoluta certeza, não tem nada a ver com isso aí.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu vou esclarecer essa confusão. É muito útil aqui essa confusão, às vezes.

O senhor conheceu a Erenice Guerra? Teve contato?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, nunca tive contato. Só na imprensa.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não.

Sr. Presidente, faço um registro importante, porque está sendo feita uma confusão, às vezes por desconhecimento, às vezes por intenção. A questão das medidas provisórias foi um subproduto das Zelotes, que não tem nada a ver com o CARF. O CARF tem uma função institucional, que é julgar recursos com que os contribuintes entram, dentro do contencioso fiscal.



Nas investigações, surgiram conexões, atores que estavam envolvidos no escândalo do CARF e estavam também envolvidos na construção de medidas provisórias. São dois assuntos separados, o que não é conveniente misturar. Por exemplo, os 2 milhões e meio depositados na conta do filho mais novo do ex-Presidente Lula não têm absolutamente nada a ver com o CARF, têm a ver com o *marketing* esportivo, provavelmente. O escritório Marcondes, profundamente interessado em *marketing* esportivo, deve ter pago à recém-fundada e sem *expertise* empresa do filho do ex-Presidente Lula 2 milhões e meio. Ninguém nunca depositou 2 milhões e meio... E olha que eu tenho alguma *expertise* em vários campos de trabalho.

Faço uma última pergunta, antes de terminar, à Meigan.

Você disse da sua dificuldade, que era mãe de família, tinha de trabalhar. Você entregou seu currículo à Confederação. Inclusive, nós deveríamos chamar as confederações aqui, para trocar uma ideia sobre os critérios que o Deputado Passarinho lhe perguntou. Você era remunerada pela Confederação Nacional do Comércio?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Nunca fui remunerada pela Confederação Nacional do Comércio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Aí você se candidatou a uma vaga no CARF?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Qual a atratividade?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Aprender.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Um aprendizado?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Claro.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É como se fosse um mestrado, uma pós-graduação?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Nossa! E intenso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sem dúvida nenhuma.

Agora, a CPI perdeu muito a capacidade investigativa. Nós estamos sentindo isso. A Polícia Federal e o Ministério Público já estão lá na frente em tecnologia de investigação. Mas, na questão propositiva, algumas questões a portaria do Ministério



da Fazenda já corrigiu. É um absurdo a pessoa ser membro e advogar. Eu não estou condenando. Não é uma condenação moral, porque a regra do jogo era essa. Mas a regra era muito ruim. Então, a fragilidade do CARF institucional, que lida com bilhões de reais... Eu fiquei estarecido e impressionado com a fragilidade dos processos, por exemplo, essa, uma regra do jogo que permite a pessoa, simultaneamente, ser conselheira e advogar no próprio CARF. É um conflito de interesses evidente.

Sr. Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Vou dar como encerrada esta parte inicial.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. se inscreveu. Eu tinha cancelado para chamar os outros dois.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu não sabia disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu vou abrir uma exceção para V.Exa.

V.Exa. é o último, então, nesta parte...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - O último tem sempre vantagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - ...para nós podermos chamar os outros dois depoentes que estão aqui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, eu vou começar perguntando à D. Meigan.

Eu preciso saber quem indicou a senhora, com profundidade. É necessário que se cobre a responsabilidade de quem tem poder para indicar. É necessário que se cobre a responsabilidade das confederações. E eu vou convocar a pessoa que indicou a senhora, porque a senhora está dizendo que foi indicada porque colocou o currículo e não houve nenhuma influência a mais, o que é uma coisa possível, mas pouco provável. Portanto eu quero convocar a pessoa que indicou a senhora. Então é necessário que a senhora me diga quem assinou a indicação. Se a senhora não disser, eu vou achar nos autos.



**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - De novo, vou lhe responder.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Quem assinou? Quem assinou?

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Eu não tenho nem ideia, porque você encaminha...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Ninguém assinou.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Você encaminha, e o procedimento da CNC para com o Ministério da Fazenda não tem influência da pessoa que indi... que pediu.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Eu preciso saber quem assinou. Então eu vou pedir à Assessoria que descubra quem assinou, porque eu vou convocar quem assinou. Quem assinou é o responsável pela indicação, uma indicação que não é conveniente. Por que não é conveniente? Porque a senhora tinha parentesco. Ali não podia viver uma parentela, como virou — uma parentela —, está certo? É uma coisa de julgamento. Eu não vou atrás da senhora, eu vou atrás de quem facilitou a formação. Se a senhora está com o *habeas corpus*, eu vou atrás de quem indicou, que é quem vai ter que responder. Quem pediu? A gente chega lá. Outro assunto que é relevante é o fato de que a senhora advogava. A OAB também tem que ser responsabilizada. Eu já disse aqui, várias vezes, que a OAB, neste País, ganhou *status* de poder público. E é fundamental. No Direito americano, os advogados, o ramo que recebe o *bar*, são parte do Poder Judiciário. Só que a OAB, brasileira, não quer assumir essa responsabilidade. Não há um advogado que tenha sido punido por isso. A OAB simplesmente passa a mão na cabeça. E a OAB tem que ser chamada aqui. Quem da OAB se omitiu também? Nós não podemos ficar desse jeito. Eu vou centrar o fogo nisso. Nós temos que trazê-la. A OAB deu o registro de advogado e mantém o registro de advogado para alguém estava usando a advocacia de forma indevida; tanto é indevida que pede *habeas corpus* para vir aqui. Se não fosse indevida, não pediria *habeas corpus*. O *habeas corpus* é uma forma de proteção, porque há algo que não quer ser dito. Esta é uma oportunidade, Sr. Presidente, para os depoentes esclarecerem as coisas diante da sociedade. Eu vou repetir mais uma coisa que eu tenho dito muito: as pessoas são julgadas pelo Poder Judiciário, mas, em determinados casos, sobretudo para quem exerce função



pública, quem tem um nome a zelar, quem tem uma profissão, quem tem um mandato, são julgadas pela opinião pública, pela imagem, pelo vizinho, pelos parentes. É a oportunidade que estão tendo de se defender e estão abrindo mão disso, embora tenham falado algumas coisas, melhor que os outros depoentes — quero até registrar isso. Queria que a senhora me desse mais informações de como a senhora chegou lá. E outra coisa: todo o mundo protege D. Erenice, até nós, porque não a trouxemos aqui ainda. Erenice é peça fundamental, porque ela realmente tem envolvimento claro com isso, e ela claramente indicou pessoas. Então, Sr. Presidente, eu pediria que colocássemos a vinda de D. Erenice. Ela não pode continuar blindada. É mais importante a vinda dela do que a do Ministro Mantega, porque eu acho que o Mantega, talvez, não tivesse intimidade com isso, embora ele já tenha sido convocado. Queria que a senhora me respondesse isto: quem realmente lhe indicou? Senão, eu vou mandar o currículo de todos os meus amigos advogados que estão precisando de emprego para ver se a CNC manda. Não manda. A senhora pode ter certeza de que não manda. A CNC não pode funcionar assim. Nada funciona assim. Não há combustão espontânea. Na Física não há, assim como não há indicação espontânea. A senhora pode responder? Se não puder, o direito é da senhora.

**A SRA. MEIGAN SACK RODRIGUES** - Eu já respondi. Eu desconheço como é o procedimento interno da CNC.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Então peço à Assessoria que prepare um requerimento de convocação ao Presidente da CNC à época e, se ele quiser, indique qual diretor corresponsável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Peço ao Consultor Adriano para atender à solicitação do Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar no final, e ficaram faltando duas perguntas que não deu para perguntar naquela hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas eles vão embora. Como se vai perguntar depois?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É rápido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Exa. tem 1 minuto.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só quero reforçar uma pergunta que fiz. E ficou faltando a questão da Alcatel. Teve um processo da Alcatel, em torno de 400 milhões, em que V.Sa. disse que teria condições de derrubar 300 milhões. Que processo era esse, da ALCATEL, de tamanho valor com o qual poderia ser derrubado esse auto? Do que se tratava isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Primeiro, nós não captamos esse processo, nem trabalhamos nele.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não chegou a concluir?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Não, não chegou. Nem contrato fizemos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Lembra o que era isso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Acho que foi um parceiro que mandou isso de São Paulo, pedindo se a gente tinha condições aqui. E, evidentemente, como uma pessoa que teve 9 anos — por mim passaram mais de 130 mil processos —, o senhor conhece de cor a jurisprudência e tem condições de derrubar, ou por decadência ou por alguma aplicação da legislação (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tá. É só um trechinho que ficou... Repetindo aquilo que eu falei antes, porque tem nas gravações... Pode ser até que ele tenha falado assim, mas é com relação àquela questão da liminar. Eu estou insistindo naquela questão porque, na interceptação, houve este comentário de que conseguiria uma liminar e que ficaria em torno de 70 milhões, 80 milhões. Inclusive falou em 10 milhões na entrada, 30 milhões na liminar, mais 30 milhões no mérito. Foi o Murakami que intermediou isso. Aí V.Sa. fala assim: *“É para mim e para o meu parceiro que está aqui, para o advogado, para o pessoal de lá. Quero ver o custo deles lá, entendeu? Podem colocar mais 10 a mais.”* Então, fica muito claro que tem alguém no Judiciário, pelo menos no diálogo, que poderia facilitar a liminar.

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Em absoluto. Não teve nada disso aí.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nunca teve nada disso?

**O SR. EDISON PEREIRA RODRIGUES** - Absolutamente nada.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Está bom. Obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado. Eu quero agradecer a presença do Sr. Edison, da Sra. Meigan, do seu advogado. Vou dispensá-los para poder ouvir os outros.

Muito obrigado.

Convido o Sr. Guilherme Pollastri Gomes da Silva, que comparece em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2016, do Deputado Rubens Bueno e do Deputado Izalci; e o Sr. Tharyk Jaccoud Paixão, também convocado pelo Deputado Rubens Bueno e pelo Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sr. Presidente, eu queria pedir ao Deputado Izalci... O depoente, em vários momentos aqui, disse que não sabia se estava sendo citado ou se não estava. Eu acho que, do ponto de vista formal, quando não é citado, alguém pode até dizer que não está sabendo.

Eu queria propor a V.Exa., frente a algumas perguntas... Ele, com certeza, foi investigado pela Polícia Federal. Quando vem aqui e diz que não sabe... Se foi depor na Polícia Federal, isso é mentira. Tem que ter consequência.

Então, quero fazer essa observação a V.Exa., porque, evidentemente, ninguém vem aqui para dizer “*Eu sou culpado*” e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu peço à Assessoria que nos dê uma orientação a respeito disso, para ver qual será a ação a seguir.

Sr. Tharyk e Sr. Guilherme, vocês estão com advogado ou não? (*Pausa.*) Já são advogados de si.

O Sr. Tharyk apresentou *habeas corpus* fornecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Tharyk, para que, no prazo de 15 minutos, faça suas considerações iniciais.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Excelência, Presidente, Relator, Deputados, a princípio, conforme o próprio HC, eu vou me resguardar ao direito de permanecer calado. A algumas perguntas que me forem pertinentes, eu responderei com o maior prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O Sr. Tharyk é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal sob o nº 24.335. Segundo as pesquisas realizadas, consta como sócio das empresas e



administrador do Office Midia — Produções Comerciais; Dulce Carola Comércio de Roupas Íntimas Ltda., que é uma microempresa. É sócio e administrador da Tharyk Advogados Associados; sócio da Medeiros de Souza Advocacia, microempresa; sócio da Khympzq Consultoria, Editoria e Promoção de Eventos LTDA, uma microempresa também. Aliás, somando-se várias microempresas, dá uma empresa, não dá? Não é assim, Deputado Izalci?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Hein?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Haver várias microempresas pertencentes à mesma pessoa. Pode haver?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Depende da participação no capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Ah, tá. É só para tirar essa dúvida aqui.

Então, vou passar a palavra ao Sr. Guilherme, para suas considerações iniciais. Ele é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getulio Vargas, sócio do escritório Júlio Gomes Advogados Associados, ex-Conselheiro do CARF, indicado pela CNC no período 2010 a 2015. Eu gostaria que o senhor assinasse aqui atestando que veio na qualidade de testemunha.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Bom, primeiramente, eu gostaria de falar que eu fui para o CARF... Meu pai já tinha sido conselheiro do CARF, e realmente é uma bagagem muito boa para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Seu pai é...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Meu pai foi conselheiro do CARF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Qual o nome dele?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Júlio César Gomes da Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - E meu pai... Só para constar, meu pai foi o primeiro juiz concursado no Brasil que se demitiu e sempre me... É um exemplo, para mim, de pessoa, de ser humano e de tudo, com um



conhecimento espetacular. Então, eu entrei no CARF justamente para isto: para aprender e para evoluir na minha profissão e me tornar um dos maiores tributaristas do Brasil. Eu entrei... Meu currículo ficou na CNC uns 8 anos, talvez até mais, e foi em 2010, eu acho, que eles quiseram fazer uma reformulação no CARF, porque parece... Ouvi dizer que estava tendo muitos julgamentos estranhos, e a Fundação Getulio Vargas foi contratada para fazer uma reformulação lá. Como eu era da PUC e fiz pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas, fui chamado para ser conselheiro suplente, inicialmente. Suplente é o conselheiro que vai lá e só vota, não relata processo, não recebe processos, não pode pedir vista, não pode fazer nada. Só vai lá e dá a opinião dele, vota a favor ou contra. Nessa condição de suplente, eu fiquei... Eu entrei lá em março de 2010 e me chamaram para... Eu fazia suplência nas Turmas Especiais e nas Turmas Ordinárias. As Turmas Ordinárias são as que votam processos acima de 1 milhão de reais; e as Turmas Especiais, até 1 milhão de reais. Então, eu ficava lá... Eu sou do Rio de Janeiro, vinha para Brasília e ficava 1 semana por mês, a semana inteira, trabalhando e julgando os processos. O meu trabalho... Eu nunca cheguei atrasado, nunca faltei a nenhuma sessão, nunca tive nenhum comportamento estranho. Por isso, fui convocado... fui evoluindo dentro do Conselho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Só uma pergunta: o senhor passava 1 semana aqui, mas não ganhava nada?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não ganhava nada, só em termos de aprendizado, mesmo. E poderia ter saído, mas a formação, a qualidade dos julgamentos e a qualidade dos conselheiros, principalmente os da Fazenda, era, tipo, excepcional. Não tem uma pós-graduação, não tem um mestrado, não há nada que te leve a um conhecimento desses. Eu julgava, em média, 40, 50, 60... Teve mês que julguei 100, 70 processos num mês. Você está lidando ali com a situação fática, que é muito mais fácil de aprender do que a doutrina. Então...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Você pagava o hotel do seu bolso? Alimentação?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, a CNC paga tudo.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Tem uma diária.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A CNC paga a gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Quem paga?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A CNC paga.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quem? A CNC.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A CNC, que foi a Confederação que...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Que te indicou.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Que me indicou.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Ah, paga uma diária.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Paga uma diária.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Para hotel e alimentação. Interessante.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O hotel pagava a semana inteira...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Pelo menos, tem uma bolsa de estudo mínima para o centro de pós-graduação.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Pois é.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nós estamos descobrindo que o CARF é um centro de pós-graduação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas veja, eu estou — desculpe interrompê-lo — impressionado com o seguinte: ao CARF, que é uma instância que precisa de determinados conhecimentos, as pessoas iam lá para aprender.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Para aprender nas costas do Erário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - E, se já soubessem, não ganhavam nada. Realmente, é um negócio fantástico julgar cem processos durante 1 mês e não ganhar nada.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Durante 1 semana.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Advogado fazendo isso é surpresa total para mim, porque todos os que eu procuro, meu irmão... É barra pesada. Mas continue.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Pois é, nem todos os advogados são iguais, não é, doutor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas todos os que eu procurei, eu nunca encontrei nenhum de graça: é 20%.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só Defensoria Pública.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Só para o senhor saber, meu pai já advogou muito de graça para várias pessoas necessitadas, e a nossa filosofia é completamente outra. Eu sou advogado para fazer... Eu entrei no CARF para contribuir para o meu País e para evoluir profissionalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu sei. Sr. Guilherme, eu só estou fazendo umas ilações. Eu não estou duvidando de V.Sa. nem do seu pai.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu estou falando do meu caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas veja o seguinte: se eu for advogar para um cidadão que não tem nada e tal... Eu conheço até um homônimo meu, lá no Rio de Janeiro, que ficou famoso por advogar para os eleitores dele. Mas advogar para empresas que devem uma fortuna, advogar para a União, que tem condições... Só agora — isso não é culpa sua — estão remunerando esses senhores conselheiros que estão lá, o que é justo.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Mas eu acho que essa remuneração que estão dando é melhor não dar, porque ela é tão ínfima... O que vão atrair quem para lá? Ou os recém-formados ou pessoas que, realmente, aí, no meu entender, é melhor fazer de graça do que ganhar só o pagamento mínimo, do que ganhar 8 mil reais e não poder advogar, porque a minha renda vem do meu escritório. Eu não tenho consultoria, eu não dinheiro lá fora, eu não tenho nem apartamento próprio até hoje. Então, dinheiro não me compra, entendeu? E o salário, hoje em dia, se fosse para ficar lá por um salário de 8 mil — eu não ficava — e não poder advogar, não poder receber dinheiro do meu escritório, entendeu? Então, realmente, a minha filosofia era outra. Eu fui lá realmente para contribuir,



para aprender e para absorver o conhecimento dos conselheiros, que era, assim, uma aula que... Nenhum professor de nenhuma universidade sabe tanto quanto os Conselheiros da Fazenda, principalmente, os que eu tive a honra de trabalhar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É verdade.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Então, é diferente. E foi isso o que aconteceu. Eu trabalhei realmente. Eu nunca cheguei atrasado, como eu já disse. Eu nunca faltei a nenhuma sessão. Nunca levei processo sem estar feito, tanto que fui chamado, saí da suplência, sem *lobby* nenhum na CNC, sem *lobby* nenhum no CARF. Eu saí de suplente, fui para substituto, que é você começar a pautar processos. Mas você não fica com a sua cadeira fixa; se chegar amanhã outro conselheiro que tenha influência, eles vão botar no seu lugar, como aconteceu comigo algumas vezes até eu me tornar efetivo. E quando eu me tornei efetivo, ainda teve mais: a Presidenta da Turma Especial e o Presidente da Turma Ordinária ficaram brigando para me levar para o lugar, um querendo me levar para a Tuma Especial, outro querendo me levar para a Ordinária, pelo meu trabalho. Não foi por *lobby*, não foi por nada. Então, eu julguei mais de 3 mil processos. Olha, o conhecimento que você adquire com isso não tem dinheiro que pague. Eu não estava lá preocupado com dinheiro. Graças a Deus, eu não preciso de dinheiro. Quer dizer, todo mundo precisa de dinheiro, mas, graças a Deus, eu sempre tive uma vida boa, e dinheiro nunca me chamou. Nunca fiz nada que não fosse da minha honra por causa de dinheiro. Nunca quis dinheiro que não é meu, nunca quis dinheiro por causa de conchavo, de nada disso. Meu dinheiro é honorário vindo do meu escritório, que eu ganhei uma ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Você se sentia como regra ou exceção lá no CARF? Você foi disputado, não é?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Da parte da... O contribuinte, os conselheiros do contribuinte sempre são advogados que eles levam. Eu nem lidava muito com eles, para te ser sincero. Os meus grandes amigos, que eu fiz lá, foram da Fazenda. E todos eles... Eu boto minha mão no fogo, eu duvido que alguns dos conselheiros que foram presidentes nas minhas Turmas tenham levado dinheiro. Nunca me pediram nada, eu nunca pedi nada para eles, entendeu? É sempre um jogo aberto de gente de alto nível. E foi isto: fiquei lá até 2015. Quando



aconteceu o escândalo, eu realmente fiquei surpreso. Eu não acompanho até hoje. Eu não quero nem saber desses escândalos. Isso aí para mim foi uma vergonha tão grande que, eu vou lhe dizer, eu nem faço mais nada ligado a processo administrativo. Eu peguei esse conhecimento todo que eu tive e joguei no lixo, porque foi um negócio tão angustiante para mim que, hoje em dia, o que eu faço lá no meu escritório é outra parte. Eu faço novos empreendimentos, ajudo a regularizar empreendimentos e não quero mais saber de processo administrativo, o que é uma pena, porque o meu conhecimento, realmente... Eu hoje poderia estar ganhando muito dinheiro, que era o meu objetivo final: era sair de lá com um conhecimento fantástico e atuar nessa área, porque são poucos advogados que sabem realmente e que ganham muito dinheiro, porque os processos são muito grandes. E vocês veem: eu julguei mais de 3.200 processos com valores astronômicos e fui surpreendido por um pedido de vistas, que não ocorreu — eu fui enganado —, por causa de 30 mil reais. Se eu fosse corrupto, eu já estava milionário há muito tempo. Se os senhores quiserem, eu trouxe a minha última declaração, mas eu apresento todas elas. Vocês vão ver: não teve evolução patrimonial nenhuma. A minha conta, eu abro, se vocês quiserem também; não tem um depósito que não seja do meu escritório. O meu caso é esse. Os outros, eu não posso falar pelos outros, infelizmente. Tanto não posso que eu fui enganado por uma pessoa que eu nunca imaginei que fosse me enganar. Eu não sei o que ela estava levando, para quem ela estava dando, mas vendeu meu nome, como se eu fosse fazer alguma coisa que não ia fazer nunca. Nunca tirei processo de pauta para ganhar dinheiro, nunca julguei processo da forma que eu não entendia correta para ganhar dinheiro. Eu pago os meus impostos; os meus clientes, eu mando pagar os impostos. Com cliente vagabundo eu não fico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - O senhor não fazia isso, mas lá faziam isso?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu não tenho conhecimento. Graças a Deus, eu nunca gostei desse tipo de pessoa. Então, quando começava, quando eu sentia, quando alguém falava “*ah, isso aí...*”, eu já saía de lado. Eu tinha o meu grupo lá, que era basicamente da Receita Federal: o Dr. Alberto Pinto; Dr. Waldir Veiga Rocha; Wilson; Fernandes; Marcos Mello, ex-



corregedor da Receita Federal. Eu estava lá para fazer... Quando eu me tornei efetivo, eu tive o voto da Fazenda Nacional, que foi de Minerva. Meu nome era o terceiro da lista. Você sabe quando a CNC manda o voto para lá, normalmente o primeiro da lista é o que leva. Eu ganhei com o voto do procurador da Fazenda Nacional. Ou seja, tinha um procurador da Fazenda Nacional sentado lá, vendo os processos. Votaram em mim. Ou seja, eles sabem que o meu trabalho era outro. Então...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Muito bem.

Eu vou pedir ao Deputado Hildo Rocha que faça as perguntas do Relator para os dois. O Relator hoje não pôde comparecer, porque estava em uma viagem.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu digo para os senhores, eu gostaria de terminar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O meu trabalho era para chegar e receber uma honra ao mérito da Receita Federal. Eu estar aqui hoje é uma vergonha, que o senhor não tem ideia, para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Mas, é uma oportunidade que você tem de esclarecer.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, tudo bem, mas eu não queria nem esclarecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Ah, claro.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu não queria nem estar sentado aqui para esclarecer nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu compreendo.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Para prestar satisfação de nada que eu faço, porque tudo o que eu faço é correto e dentro da lei. Então, eu não queria nem estar sendo aqui para explicar que eu sou correto. A maioria das pessoas que está lá sabe que eu sou correto. E isso é o que mais surpreende: ninguém defende, entendeu? Fica todo mundo com medo, pessoas de bem lá, chega lá e fica todo mundo assustado. É uma situação totalmente desagradável, totalmente inusitada. Com os conselheiros, meus amigos da Fazenda,



eu nunca mais falei. Um conhecimento de 5 anos, de 4 mil processos julgados foi para o lixo. Isso é uma vergonha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Hildo Rocha, por favor.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - As perguntas aqui que foram encaminhadas pelo Relator eu vou começar com o Sr. Guilherme. Sr. Guilherme, encontramos uma série de divergências em suas declarações à Polícia Federal e gostaríamos de lhe solicitar esclarecimentos a respeito das mesmas. V.Sa. afirmou que sabia que Meigan Sack Rodrigues era conselheira no CARF, mas que não sabia que ela advogava no órgão. O presidente da Turma em que V.Sa. atuava, por outro lado, somente reconhecia Meigan como advogada tributarista que sempre acompanhava as sessões de julgamento da Turma em que V.Sa. atuava. O que V.Sa. tem a dizer a respeito do fato?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ela é conselheira, doutor. Eu não sabia, eu tive poucos contatos com ela na realidade. E eu nunca tinha sido chamado para depor na Polícia Federal. Eu estava nervoso. Você ser intimado pela Polícia Federal para prestar depoimento, às vezes, você se enrola um pouco. É um negócio complicado, não é fácil, não, você sentar na frente de um delegado da Polícia Federal te intimando, te perguntando um monte de coisas. Eu posso ter até falado uma coisa errada ou outra, mas, sem dúvida nenhuma, não foi por intenção, não. E esses víde... essas dela..., essas gravações telefônicas, eu também não posso explicar. Como é que eu vou saber? Ela falava para mim uma coisa e estava me vendendo outra. Ela falava que era um processo e chegava do outro lado e estava vendendo como outro. Como é que eu posso explicar? Não posso explicar nada disso. Ela vem falar que é um processo do STJ, aí chega lá no outro lado e fala que falou comigo que estava tudo certo, quando não estava nada certo, não tinha nada certo. Na minha Turma, não tinha nada errado. Na minha Turma, você não conseguia enrolar os conselheiros da Fazenda, os caras sabem muito. Tirar o processo um mês e voltar para o outro mês, a decisão vai ser a mesma. Você não pense que de um mês para outro você vai conseguir convencê-lo ou ele vai mudar de opinião. São pessoas técnicas que sabem o que estão falando. Não é um mês... E não são corruptos. Então, não tem esse negócio, pelo menos nas



Turmas em que eu trabalhei. Agora, nas outras, eu não posso dizer. Eu ouvia dizer “Ah, na turma lá...” não sei o quê, mas nas minhas, o senhor pode estar certo... Duvido. Pode...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - O que o senhor ouvia dizer? Que havia corrupção nas outras Turmas.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, é que tinham julgamentos estranhos.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - O que é esse julgamento estranho?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Quando teve um ex-advogado, sei lá, um ex-procurador que entrou com umas ações aí, questionando as ações... Os senhores tiveram conhecimento disso, que o CARF até parou, teve um mês que ele não julgou. Eu falei: “*eu não vou julgar isso*”. Primeiro, queriam que julgasse só processo que era a favor da Fazenda Nacional. Eu falei: “*Pô...*”

**(Não identificado)** - Quem queria?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O presidente e o procurador. Eu falei: “*Não. Espera aí. Selecionar processo para julgar, não*”. Aí quando eu tive conhecimento da...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Como era o nome desse procurador?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O Dr. Paulo Riscado.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Riscado?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - É um excelente procurador, um excelente procurador também. Os procuradores lá da Fazenda eram pessoas de altíssimo nível. Eu chamei ele e falei: “*Ô Paulo, como é que você responde um negócio desse?*” Porque ele falou, lá na ação que o senhor lá entrou, questionando a ação... Ele falou: “*Não... O CARF tem independência, mas esse julgamento realmente foi meio estranho*”. Ô meu amigo, a Fazenda Nacional ganhava 70% dos processos. Se perder, perdeu. Ou então vai lá... Sabe o que é que faz? Ah, é estranho? Quebra o sigilo dos conselheiros que julgaram. Vê quem fez o contrato aí com outras empresas. Vê quem recebeu o dinheiro nessa fase aí. O processo está estranho? Então, como é que... Se está estranho, ganhou dinheiro. Se ganhou dinheiro, o dinheiro tem que aparecer.



**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Claro. V.Sa. afirmou que era comum que outros conselheiros do CARF fizessem o pedido de vista de processos a fim de colocar os processos em julgamento, em pauta, no mês seguinte. Quem eram esses conselheiros?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não... Eu trouxe até aqui, para os senhores terem conhecimento, uma planilha que eu fiz quando eu fui me candidatar a me tornar efetivo, o trabalho que eu fiz. Eu botei todas as datas e as Turmas de que eu participei, a quantidade de processos que foram julgados, a quantidade de processos que foram dados provimentos, que foram negados provimentos, que foram provimentos parciais. Eles não sabem. Eles não tinham um conhecimento numérico assim, o que é uma coisa errada, deveria ter. O total de retirados de pauta. Aí, se você analisar essa planilha, você vê que a quantidade de processos retirados de pauta é grande. Por quê? Porque 60 processos em 3 dias, a maioria, não dava tempo de julgar. Então, chegava no fim, o próprio presidente tirava 5, 10 processos de pauta de uma vez só, processos grandes, de 300 milhões, 400 milhões, duvidosos, processos difíceis. Eu... Como eu falei anteriormente, os meus melhores amigos eram da Receita Federal. Eu, muitas vezes, saí da Barra — porra, gasolina minha, meu tempo — atravessava a Baía de Guanabara, pegava a ponte e ia lá me aconselhar com o Dr. Waldir Veiga Rocha, que era uma cabeça...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Muito bem.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Perguntar o que é que ele achava do processo meu, o que ele achava do processo meu. E, normalmente, seguia a orientação dele, que era irrefutável.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Agora, o senhor falou dos conselheiros, não é?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Então, os processos...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Quem são eles?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Os processos saem...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - O senhor poderia dar o nome dos conselheiros?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Os processos saem de pauta normalmente. Não tinha nada de absurdo na retirada de pauta, nada.



**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Mas como é o nome desses conselheiros?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, todos os conselheiros tiram processos de pauta. Todos. Eu tirava, o outro tirava. Dúvida. Tem processo... Como é que você vai julgar 60 processos sem ficar com dúvida? E os processos...

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Agora, o senhor falou que tem uns processos absurdos, de valores altos. O senhor acha que o auditor, na hora em que fez a sua fiscalização, exacerbou-se na sua função?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Como assim? Eu não entendi a sua pergunta.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - O auditor da Receita, na hora em que autuou a empresa, o senhor acredita que ele tenha feito um crédito em favor da Fazenda Pública Nacional acima do que o contribuinte deveria?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Muita das vezes, muita das vezes. Com certeza.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - O senhor, que é um grande conhecedor dessa área do Direito Tributário e pode nos ajudar, acha que eles erravam de má-fé ou era porque não tinham conhecimento?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu acho que os... Tem de tudo: tem má-fé, tem falta de conhecimento, tem raiva às vezes.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Alguns que aqui depuseram chegaram a comentar que, muitas vezes, essa ação no CARF nascia justamente da autuação do auditor fiscal. O senhor acha que pode acontecer isso? Ou seja, o auditor fiscal estabelecia lá um pagamento alto para a empresa para que terminasse lá no CARF...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - E derrubasse.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Derrubasse, para que alguém levasse vantagem em cima disso?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - O próprio auditor também poderia participar?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Isso é possível?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Acredito que sim.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Como conhecedor da matéria tributária e de toda a nossa legislação, o senhor poderia contribuir para esta Comissão com algumas ideias do que poderíamos fazer, em termos de leis, para evitar que fatos como esse viessem a ocorrer.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Uma coisa que eu estava até explicando aqui foi esse valor irrisório de pagamento para o conselheiro. Ali, simplesmente, é o Supremo Tribunal Federal do crédito tributário no Brasil. Nós estamos falando de processos. Eu julgava... A minha Turma principalmente, que era a 2ª Turma Ordinária, julgava os valores mais altos, julgava todo mês 2 bi, 1 bi, 3 bi, 4 bilhões de reais. Então, você tem que botar pessoas ali com referência, com crédito. Quem é que vai... Quem é o advogado... Falando agora de gostar de dinheiro, quem é o advogado que vai largar o escritório dele para ganhar 8 mil reais para julgar? E aí você vai botar pessoas totalmente desqualificadas para julgar processos gigantescos. É o contrário. Tem que fazer como a Receita faz: os auditores da Receita Federal que estavam lá eram os melhores do Brasil. Eu não tenho dúvida disso. Eu acho que lá o conselheiro não fazendário tinha que ter um salário de 30 a 40 mil reais por mês, para julgar valores absurdos, gigantescos desses.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Muito bem. V.Sa. afirma...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, eu estou falando... É mais ou menos o volume do que um Ministro julga. Ali é o ralo da Receita Federal. Ali, todo um trabalho de vários anos, de vários anos... Um auto de infração, para ele ser julgado demora 5 ou 6 anos, 7 anos, 8 anos. Ou seja, você está jogando 8 anos de trabalho na lata de lixo, se você não bota pessoas ali capacitadas.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Eu vou perguntar na sequência.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Muito bem. V.Sa. afirma que sempre atuou no CARF, de modo legal. Entretanto, tão logo deflagrada a Operação Zelotes, pediu dispensa do cargo de Conselheiro de Contribuintes. Por que fez isso, visto que



o cargo lhe proporcionava, em suas palavras, aprendizado e experiência profissional?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Por causa disso. Eu nunca... Meu nome... Eu perdi simplesmente a vontade. Era um órgão que, como a Receita Federal, eu sempre admirei. Meu avô foi auditor fiscal da Fazenda Nacional. Eu tenho grandes amigos auditores da Fazenda Nacional, Procuradores da Fazenda Nacional. E, simplesmente, é isso... Ter que vir aqui, ter que pedir demissão. Eu não preciso disso. Eu posso fazer qualquer coisa, eu sou um cara capacitado, entendeu? Eu tenho o meu escritório. Eu trabalhava com o meu pai. Eu trabalho ainda, graças a Deus, com meu pai, que tem quase 85 anos e está lá todo dia. Chega de manhã e sai à noite e não precisa.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O escritório ainda milita em questões no CARF?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Tem algumas, mas poucas. É mais com pessoa física que o meu pai trabalha. E, por exemplo, o conselheiro de pessoa física eu não conheço, nunca fui pedir nada, nunca fui fazer uma sustentação oral. Desde que eu me tornei conselheiro, nunca fui, nunca fiz... E a maioria dos processos também do meu escritório não tem nem sustentação oral, é uma simples... As petições no meu escritório são pequenas, não têm 100 páginas de recurso, são 3 ou 4 páginas. Ou você tem razão, ou você não tem razão. Quem não tem razão escreve 100 páginas, quem tem razão escreve 4 ou 5.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Agora, vou fazer pergunta ao Sr. Tharyk. Como se iniciou a parceria entre V.Sa. e Edison Pereira Rodrigues?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Bom, o Edison é um amigo e um professor para mim, me ajudou a entender muito sobre o Direito Tributário. E foi assim: eu o conheci e sempre que ele podia me receber, eu aproveitava os conhecimentos dele para estudar processos e aprender. Só isso.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Em que processo V.Sa. atuou em parceria com Edison Pereira Rodrigues?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Nenhum.



**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - V.Sa. enviou a Edison Pereira Rodrigues um *e-mail* em 23 de setembro de 2009, solicitando vista do Processo nº 19515.721802/2011-46, que estava pautado para o dia seguinte no CARF?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não. Eu não mandei nenhum *e-mail*. Eu mandei uma cópia de um processo para ele estudar comigo. Só isso.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Mas o senhor não tinha nenhuma parceira com ele? Que estranho.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não. Não estava contratado.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Não, parceria. Eu não estou falando de contrato, mas de parceria de negócio.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Com eu disse, para estudar para formar uma possível parceria entre advogados.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Edison Pereira Rodrigues pediu a V.Sa., em outra ligação telefônica, nesse mesmo dia, 30 ou 40 mil reais pelo pedido de vista. *"Porque o pessoal é meio bocudo"*, disse ele. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Eu me resguardo a ficar calado.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Posteriormente, nesse mesmo dia, V.Sa., em outra ligação telefônica com Edison Pereira Rodrigues, afirma que conversou com o Sr. Milton e disse que, se fosse 20 mil, ele até bancava, mas como o montante era superior a isso... O que o senhor tem a dizer?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Fico calado.

**O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA** - Muito bem, Sr. Presidente, são essas as perguntas que o Relator, Sr. Deputado João Carlos Bacelar, solicitou que fossem feitas aqui para os dois depoentes, o Guilherme Pollastri e o Tharyk.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Eu vou passar a palavra ao autor do requerimento, o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Primeiramente, como um dos autores do requerimento, Guilherme, quero dizer que sinto agora que V.Sa. foi usado pela Meigan, que esteve conosco aqui há pouco. V.Sa. conhecia a Meigan lá do Conselho?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Lá do Conselho.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como é que foi? Ela pediu para V.Sa. pedir vista nesse processo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não pediu. Não pediu.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. pediu vista?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não pedi.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mesmo sem pedir, esse processo teve vista?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não teve vista.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não teve vista?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas foi...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Esse processo foi julgado pelo Waldir. Dificilmente o processo dele saía para vista, porque ele já vinha muito bem feito.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Deputado Izalci, para contribuir com V.Exa., o Sr. Guilherme disse: *“Ela me enganou”*.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Pois é.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - E o senhor está dizendo agora que não foi a Meigan. Quem foi então, aproveitando aqui, tentando contribuir com a boa pergunta do Deputado Izalci? O senhor acabou de dizer que foi ela quem enganou.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Respondendo ao Deputado Hildo, V.Sa. disse que foi convocado aqui para a CPI porque foi usado, foi enganado.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Por isso que eu perguntei se foi a Meigan que...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foi isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não era a Meigan?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - É, é.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Por que o senhor foi enganado? O que aconteceu?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, porque ela vinha, falava de processo do STJ, para ajudá-la no processo do STJ, ia ao outro lado e



falava que era coisa referente ao CARF, para o cliente dela, sei lá para quem, para o pai.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ela nunca pediu, só usava isso, provavelmente, para...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Exatamente. Porque se ela viesse me pedir alguma coisa...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E foi V.Sa. que pediu a ela que fizesse essa...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Se ela viesse falar alguma coisa do CARF, eu jamais faria, jamais faria.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Você reconhece aquele WhatsApp que ela teria lhe mandado, que consta no processo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu, eu...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A mensagem *"Pollastri, pode esquecer. A pessoa desistiu. Então, nem perde tempo analisando o processo"* chegou ao seu WhatsApp?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Pois é, chegou, chegou. Mas, para mim, tratava-se de processo do STJ, que não tinha nada a ver com o CARF. Só isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Entendi. E foi V.Sa. quem solicitou à Meigan que pedisse vista?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Eu nunca pedi nada à Meigan.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E nem ao Edison? Porque o Edison e a Meigan eram...

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - O que eu pedi ao Edison foi que analisasse o processo comigo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deixe-me só falar de um telefonema rápido aqui. A Meigan disse para o pai dela: *"Oi, pai, tudo bem?" "Pode tirar a vista daquele, viu?" "Por quê?"* Aí o Edison fala assim: *"Acho que arrumaram outro caminho."* Aí a Meigan diz assim: *"Eu já tinha até conversado com a pessoa"*, dizendo que era com o Guilherme. O Edison falou assim: *"Eu acho que eles estavam muito apressados e queriam outra resposta mais cedo e tal."* Aí a Meigan falou assim: *"Eu vou falar com ele"* — com o Guilherme, entendeu?



Havia interesses nesse processo? V.Sa. estava conduzindo esse processo da empresa Laser?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não, não estava conduzindo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas estava na iminência de pegar o contrato?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Para ficar claro, Sr. Deputado, quando um advogado vai tentar fazer a captação de um processo, primeiramente a gente estuda um processo, depois oferece os honorários. E, para a gente entrar num processo que está prestes a julgar, normalmente a gente tem que entrar com uma petição para poder pedir vistas do processo. Então, eu não pedi nada dessa forma que o senhor indicou.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas o Edison chegou a dizer: "*Olhe, custa 30 mil ou 50 mil*". Ele chegou a discutir valores com V.Sa.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Concordo, mas isso se tratava, para mim, de honorários, tá?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim. V.Sa., então, foi enganado e ele também?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não, não sei dizer se eu fui enganado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim. Você está dizendo um de cada vez?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado Izalci, o normal é uma empresa procurar os advogados. Aqui há uma captura de processo.

Como é que um advogado faz para ganhar um processo de uma empresa? Oferece vantagens, é isso? V.Sa. falou em captura de processo. Isso é comum lá no CARF?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não, de jeito nenhum. Não falei em captura de processo, o senhor ouviu mal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Não, mas está gravado.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não, não falei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - V.Sa. disse a captura do...

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - A gente estuda um processo que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois é, para poder capturar o processo.



**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - O processo é fornecido para a gente estudar, entendeu? Quem me forneceu foi um intermediário que pediu para eu estudar. Só isso, normal. Isso é prática, entendeu? Às vezes, isso vem sem um intermediário.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O Dr. Tharyk afirma que se trata de honorários. Mas qual o sentido do seu diálogo, que consta do processo, quando você fala: *“Já vou avisar o preço agora”*. Não é o preço dos seus honorários. Aí o Edison fala: *“Já dá uns 40. De repente, a gente não sabe. Disse que ia ver que 30 é garantido, 40, não. Ele pediu 50. Olha, mas 50 não tem jeito, o pessoal é meio bocudo.”* Não é uma boa peça literária, não é uma conversa republicana e não se trata de honorários. De que se trata isso aqui? É difícil até decifrar, tal a linguagem de submundo que está aqui. Quem é bocudo? Isso se trata de honorário?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não faço a mínima ideia de quem seja bocudo. Para mim, são honorários, tá?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas esse é um diálogo de que o senhor participa. O senhor reconhece esse diálogo, que está no processo? É a sua voz.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Reconheço, mas é questão de honorários. Trata-se de honorários.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. entendeu que era honorários, mas quem contratou V.Sa. para tentar resolver essa questão? Qual foi o cliente? Foi a empresa? Quem procurou V.Sa. para tratar desse assunto?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Me resguardo o direito de ficar calado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas não é público isso? Já não está no processo? *(Pausa.)* Tudo bem.

Guilherme, acho que V.Sa. pode contribuir muito aqui. Eu não tenho nenhuma dúvida de que V.Sa. foi enganado e fez um excelente trabalho. É verdade, as pessoas procuravam o CARF para tentar se aperfeiçoar, e o pessoal da Receita é muito competente.

Acho que a Receita Federal é um dos poucos órgãos que nos orgulham muito, mas infelizmente, no CARF, realmente deixou a desejar no Conselho de Contribuintes. Quantos anos V.Sa. ficou lá?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foram 5 anos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Qual o período?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - De 2010 a 2015.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nesse período, V.Sa. deve ter visto muita conversa de irregularidades, ou não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, porque, como eu lhe disse, eu ficava num grupo de pessoas sérias, entendeu? Eu não, não, não...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não se misturava com os advogados que faziam esse tipo de coisa.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A nossa conversa era sobre os processos, sobre o que achávamos, sobre o que...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. sabia que advogado podia advogar e, ao mesmo tempo, ser conselheiro?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Sabia, é lógico.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. acha que isso é correto?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, também acho que não. Por isso, eu acho que o salário tinha que ser grande para você não poder advogar, entendeu? Mas não dar um salário de 8 mil para você não poder mais advogar.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. entrou através da Confederação Nacional do Comércio — CNC?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foi, foi.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como foi esse processo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O meu currículo estava lá há 8 anos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Lá onde?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Na CNC, eu enviei.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como é que funcionou, no seu caso? Há uma convocação? Como é que V.Sa. ficou sabendo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Me ligaram e falaram...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem te ligou?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Uma secretária.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, mas você deixou o currículo lá?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Tinha deixado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Aí te ligaram depois?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Me ligaram 8 anos depois. Aí mandaram eu atualizar o meu currículo, que estava totalmente desatualizado...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Na CNC?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Na CNC.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - O pai de V.Sa. já era conselheiro também?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Meu pai tinha sido conselheiro há mais de 10 anos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele tinha alguma relação com a CNC?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, nenhuma, nenhuma.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi só o currículo mesmo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Meu pai foi conselheiro da CNC também, conhecia o Presidente da CNC, mas só de "oi", "olá". Não tinha...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sim, mas em função do trabalho que ele fez, a CNC deve ter reconhecido e soube que V.Sa. era filho dele. Foi alguma coisa assim, ou não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não, não. Acho difícil.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Foi normal, natural, essa questão da indicação.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foi natural. Eu acho que foi por causa desse problema que eu expliquei. Como entrou a Fundação Getúlio Vargas com um pessoal da PUC, e eu sou formado lá e tinha pós-graduação da FGV, eles me chamaram.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. nunca foi procurado por algum escritório, por exemplo, a SGR? Nunca ninguém procurou V.Sa.?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Nunca ouvi nem falar.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nenhum desses escritórios aqui envolvidos?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não conheço ninguém.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nesse período em que V.Sa. ficou no Conselho, alguém o procurou para tentar comprá-lo ou...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A própria CNC uma vez me pediu para receber o advogado que tinha um caso lá, do qual eu era o Relator.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem era o advogado? Qual era o processo? Você lembra?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ah, não lembro, não lembro. São 3 mil e tantos processos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não é nenhum desses aqui?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E V.Sa. atendeu o pedido?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Atendi e julguei contra.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Julgou contra?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Julguei contra ele, estava totalmente errado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas foi o Presidente da CNC que pediu ou encaminhou?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quem pediu ou encaminhou?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foi um pedido da secretaria lá, não sei.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas como foi o pedido? Foi só para conversar, atender?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foi por *e-mail*. Só para atender, ver se eu podia receber o advogado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Só receber?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - É, receber.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Sa. nunca recebeu proposta de propina para impedir vista ou para julgar um processo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não. Não, porque eu não deixava...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não dava margem a isso.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não dava margem a isso.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Quanto à jurisprudência, V.Sa. julgou algum processo com relação à questão dos ágios?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Julguei. Eu julguei inclusive no dia em que eu fui... Só para o senhor ter uma noção, no dia em que teve a eleição para ser efetivado, eu dei o voto de minerva contra um processo de ágio de 300 milhões. Havia voto a favor de um conselheiro da Fazenda Nacional, e eu julguei contra. No fim das contas, com o voto do Presidente, de minerva, o auto foi mantido.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas havia divergência de jurisprudência.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Havia, havia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nesse processo você nunca viu alguém que foi buscar um conselheiro que tinha um parecer para tentar...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - As turmas de que participei eram muito corretas. Ninguém ali dava margem a isso não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Deixa só eu fazer uma pergunta rapidamente, porque pegaram um pouco do meu tempo, Sr. Presidente.

A outra questão trata da falência do Banco BVA. Há um diálogo, inclusive V.Sa. tem conhecimento disso, em que o Edison diz que cobraria em torno de 70 a 80 milhões no processo e teria que pagar 10% na entrada, 30 milhões na liminar, 30% não sei de quê. E ele cita alguma coisa que tem o pessoal lá da Justiça, que facilitaria em termos de conseguir a liminar no caso específico do Murakami.

V.Sa. tem alguma coisa para falar sobre isso? V.Sa. poderia nos esclarecer um pouco como foi essa questão do Banco BVA? É cliente de V.Sa.?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como foi isso?



**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não conheço o Murakami. Esclarecendo, antes de entrar nesse assunto: um dos motivos pelos quais eu consegui o HC foi porque o Juiz Vallisney, da 10ª Vara, arquivou os casos contra mim, por atipicidade de conduta. Por isso que eu me resguardei.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu não conheço esse termo, não sou advogado. O que significa isso?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não tive nenhuma relação com os fatos, resumindo.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas o Edison chegou a tratar disso?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Mas agora, esclarecendo essa questão de honorários, o senhor deve saber que quando um advogado cobra, normalmente ele cobra uma entrada. Se ele ganhar uma liminar, ele tem direito, porque a liminar é o que vai sustentar o cliente. Se for com êxito, é o que vai sustentar o cliente no mérito dele. No final, a liminar, sendo concedida, o advogado também tem direito. Então, esses valores são sempre citados relacionados a honorários, e isso é uma prática normal da advocacia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Você conhece o Marcos?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não conheço, e também não sei de nenhuma interferência do Poder Judiciário sobre essa questão.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não conhece o Marcos?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Não, não conheço o Marcos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Como V.Sa. entrou nesse processo da BVA?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Eu vou me resguardar o direito de ficar calado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Do BVA?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, tenho só mais uma pergunta para o Guilherme.

V.Sa. teria alguma colocação que pudesse nos ajudar aqui, em termos de aperfeiçoar o sistema, alguma coisa que V.Sa. tenha visto que precisa mudar? Já houve mudança. Acho que V.Sa. acompanhou a mudança na legislação, mas teria mais alguma coisa que tem fragilidade no processo?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não. A minha opinião é esta, Deputado. Eu acho que, para o advogado se desincompatibilizar de um escritório, ele tem que ter um salário bom. E eu acho que esse salário que estão oferecendo é muito aquém do que o cargo merece, porque é um cargo que realmente julga milhões e milhões de reais por mês. Se o cara não for sério, realmente ele vai acabar descambando.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Entendi.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ou então, ele vai estar ali por causa de um salário de 8 mil reais e não será um cara com...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Entendi.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - É muito.

Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Guilherme. O senhor, ao responder que a Dra. Meigan o enganou, complementando a resposta, disse que entendeu que era processo no Superior Tribunal de Justiça — STJ, aliás, no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, STJ.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - STJ. Pois bem. Ocorre que o senhor tem nove processos no STJ.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Sim, como advogado.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Mas, na realidade, o que ela queria que eu fizesse? Ela queria que eu...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Posso falar?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não. Eu não terminei a pergunta.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Tá.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O senhor ouve a pergunta e depois vai ter toda oportunidade de respondê-la.



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Lógico.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - A mensagem que o senhor recebeu foi em setembro de 2014, que o senhor disse aqui. E o senhor precisa tomar cuidado para não mentir, porque pode ter consequências graves e imediatas.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - A mensagem foi em setembro de 2014. Desses nove processos que o senhor tem como advogado no STJ, um deles foi iniciado em 2015, portanto está fora dessa possibilidade. Os outros oito foram baixados antes de 2013, portanto também estão fora dessa possibilidade.

Diante dessa contradição insanável, o senhor não quer refazer a sua resposta?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Mas eu não estou entendendo. Você está falando de processo meu?

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Isso, como advogado.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ela queria que eu a ajudasse em um processo dela. Não era processo meu.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - E qual era o processo dela em que ela queria que o senhor a ajudasse?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ela... Por isso que ela... Na realidade, o que é que acontece? Ela queria que eu a apresentasse... Porque eu não tenho quase processo no STJ.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O senhor tem nove processos.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Na realidade, ela queria que eu a apresentasse ao escritório do Sergio Zveiter, que é Deputado junto com vocês, para que ele tomasse a frente dos processos dela, porque ela não tinha capacidade para isso. E eu nunca cheguei a apresentá-la ao Flávio nem ao Sergio, porque ela sempre vinha "*Ah, eu tenho um processo aqui*". O único processo que ela chegou a mostrar alguma coisa...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Mas, na mensagem, como é que o senhor deduziu que era tudo isso que o senhor está falando agora?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Porque eu não tive só mensagem. Ela era conselheira lá. Eu encontrava ela volta e meia e ela falava sobre os processos. Não é só mensagem. Ela era conselheira lá. Estava lá.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Quando é que o senhor percebeu que ela o enganou?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Quando eu tive conhecimento do processo aqui, que começou por causa da CPI, porque eu vi a gravação dela com o outro lado. Foi aí que eu tomei conhecimento. Até então, eu...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Agora, por que ela dependeria do senhor para que o senhor a apresentasse ao escritório do Sergio Zveiter?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Porque ela não tinha conhecimento técnico para fazer a sustentação oral lá. Ela queria contratar o escritório para assumir os processos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não, eu sei. Dá para depreender isso. Mas por que ela dependia do senhor para ser apresentada a esse outro escritório com capacidade?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Porque ela sabia que o Flávio é um dos meus melhores amigos. Eu conheço o Flávio de infância.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Certo.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O Sergio eu conheço há anos. Como é que ela ia chegar ao escritório dele, bater lá na porta e pedir? Ela estava querendo que eu intermediasse.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Uma outra afirmação do senhor é que outros conselheiros lhe pediam para pedir vista. Quais eram esses conselheiros?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O próprio Waldir Veiga Rocha, o próprio Alberto, porque às vezes eu...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Não. Eu só quero... É que nós temos pouco tempo.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu queria que o senhor desse a lista dos conselheiros que pediam para o senhor pedir vista.



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não. A lista são os próprios conselheiros da minha Turma. Por quê? Porque...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Todos?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Todos me pediram. Todos me pediram. Você pode pegar aqui... É só você pegar a pauta e ver. Todos os conselheiros pediam vista. Às vezes, o conselheiro não queria pedir vista do processo dele. Só que, às vezes, ele queria mudar alguma coisa em relação ao (*ininteligível*) antes da discussão.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu vou insistir, então, já que o senhor disse que todos... A Meigan pediu ou não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não. Não pediu.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ela é uma exceção?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ela não fazia...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Logo ela que está sendo investigada?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ela não fazia parte da minha Turma. Ela não fazia parte da minha Turma.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - É que o senhor restringiu a sua Turma.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu restringi à minha Turma. Nunca nenhuma outra pessoa...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Eu estou insistindo com a Meigan. A Meigan, não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Nunca nenhum outro conselheiro de outra Turma veio me pedir vistas de processo.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Nenhum. Não foi só a Meigan, não. Tinha 300, sei lá quantos conselheiros tinha. Nunca nenhum conselheiro veio me pedir para tirar vistas. Não é só a Meigan, não.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k.



O senhor fez, eu diria, considerações a respeito de salário, da sua dedicação, da sua família, o que não tenho nada a questionar. Mas eu quero tentar explorar um pouco melhor a sua concepção.

O senhor relatou uma história familiar que a gente respeita. Mas me parece um pouco contraditória a seguinte situação: o senhor disse aqui que recebia diárias da CNC.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Naturalmente, dá para a gente, com alguma tolerância, imaginar que, pelo menos, não gasta dinheiro com a passagem...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hotel.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ...e os demais gastos próprios disso.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hotel e restaurante.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Agora, eu não posso e nem quero acusar ninguém indevidamente. Mas eu tenho a seguinte opinião: primeiro, o fato de haver salário não protege da corrupção. A pessoa pode ter salário e pode praticar a corrupção.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Com certeza, com certeza.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Segunda coisa: o fato de não haver salário — para o que o Presidente da CPI, Pedro Fernandes, também chamou a atenção — chama muito a atenção. Por quê? O senhor disse que tem um escritório junto com o seu pai, que tem 84 anos, e vai lá diariamente.

O senhor, talvez, a exemplo de outros, ia para lá para aprender. Mas há uma contradição também, na minha opinião, insanável. Como é que alguém que está aprendendo decide sobre valores vultosos — e, se depender daquilo que foi investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e, espero, por esta CPI também, as decisões foram extremamente equivocadas. O fato de ter concursados, pessoas competentes, isso não dá garantia de lisura. Não dá. Então, esse modelo, na minha opinião, não funcionou. Ele serviu a interesses obscuros.



Diante disso, quando pediam ao senhor que pedisse vistas em processos, qual era a argumentação? Por que pediam exatamente ao senhor e não a outros?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, pediam para... A própria Procuradoria da Fazenda Nacional me pediu diversas vezes para tirar processo de volta; a própria Procuradoria da Fazenda Nacional, por querer estudar melhor o processo, queria... Não sei... Por diversos motivos.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - E por que a CNC fez indicação de pessoas que tinha para aprender?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Como assim? Eu não...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O senhor disse que uma das suas motivações era aprender com pessoas que sabiam mais do que o senhor.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O que eu acho altruísta.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Sabiam...

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Agora, por que a CNC se concentra, às vezes, até familiarmente, não no senhor apenas, estou falando em sentido geral... outras confederações, pode ter mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - ...para uma pessoa que ainda não estaria plenamente preparada, segundo o senhor mesmo admite.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Porque eu acho que quem não sentou ali e não trabalhou... Ninguém é preparado o suficiente pra estar ali, porque você faz uma pós-graduação, faz um mestrado... Era o que eu estava falando: você pode ser o mais capacitado tecnicamente, mas na hora em que você senta ali, a diversidade de processos, a diversidade de assuntos é algo que nenhuma faculdade vai te dar. Então, só os auditores fiscais da Fazenda Nacional, que trabalharam com isso a vida inteira... É por isso que eu falo que eles têm mais capacidade.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - O.k. Além de diárias, a CNC, para o senhor ou a qualquer outro, o senhor tem notícia de outros tipos de pagamento?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A CNC pagava o hotel, as passagens e dava de 650 a 680 reais pela semana.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Somava quanto por mês, aproximadamente?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Uns 680 reais. Eu só vinha uma vez por mês.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Ah, tá. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Dr. Guilherme, o senhor conhecia o Dr. Tharyk?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É a primeira vez que estão se encontrando. Sobre essa questão, o senhor recebia só a diária da CNC, hotel e alimentação?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E a título de aprimoramento profissional?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Isso durante 5 anos?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Há de concordar que é um modelo frágil, não é?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - É.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E a CNC nunca fez nenhuma entrevista? Foi um recrutamento à distância?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Foi um recrutamento à distância, pelo currículo, né?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Pelo currículo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Pelo currículo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É, mas currículo é uma coisa fria e tal.



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Mas depois ele era aprovado... Também lá no CARF tinha um comitê gestor, que eu não cheguei a conhecer nenhum membro, mas tinha representantes...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu perguntei ao senhor, então, sobre aquela mensagem. Como o senhor explica isso? O senhor é réu em um processo na Polícia Federal...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, só 1 minuto. Começou a Ordem do Dia. Eu vou encerrar as inscrições aqui.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Já começou a Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Começou a Ordem do Dia agora.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Do Congresso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - É, do Congresso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vou prosseguir. A que o senhor atribui, então, o fato de o senhor estar respondendo como réu a um processo?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Mas eu não estou respondendo como réu ao processo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor não foi...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor não está indiciado?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - O Ministério da... O Ministério... O Ministério Público não me indiciou.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor está só indiciado... O senhor não prestou depoimento na Polícia Federal?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Prestei depoimento lá atrás e depois nunca mais. Depois, nunca mais. Eu não estou... O próprio Ministério Público não me denunciou.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor se julga, então, envolvido por terceiros em uma trama e só *a posteriori* o senhor ficou sabendo que foi usado?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Exatamente.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu queria perguntar ao Dr. Tharyk Jaccoud Paixão. Eu não vou reproduzir o diálogo, mas há uma conexão entre o Dr. Edison e a Dra. Meigan, pai e filha: *“Você conseguiu o negócio da vista? Estou indo lá agora e te aviso.”* E aí, ato contínuo, o Dr. Edison telefona, combina. E o senhor falou que tratava dos seus honorários essa negociação. Mas, pelo diálogo, Edison fala: *“Mais ou menos aquele valor que nós fechamos. Pedi um pouco mais a esse, porque, se conseguir... Vai dar uma olhada primeiro, tá?”* Aí o senhor diz: *“Tá, qual é o valor?”*

O senhor não estava no papel de credor, estava no papel de pagador. Não era o seu honorário. Esse diálogo aqui está muito claro.

Aí, o Edison volta: *“E aquele outro? Lembra que nós fizemos? Trinta, vinte, trinta?”* O senhor fala: *“Quanto?”* Quer dizer, já houve um caso pregresso, antes desse diálogo, que, supostamente, seria a compra da vista do Dr. Guilherme, no caso da Laser Tech.

Como é que o senhor explica esse diálogo? Eu sou uma pessoa crédula, acredito no ser humano. Quando as pessoas vêm aqui, eu tendo a achar que elas estão de boa-fé e que foram envolvidas. Mas em um diálogo, quando é desnudada a intimidade... porque o Edison... Aí depois é que a Meigan manda o WhatsApp para o Guilherme Pollastri: *“Pollastri, pode esquecer. A pessoa desistiu.”*

Quer dizer, depois da negociação, que tudo indica não eram seus honorários, uma pessoa estava pedindo 30, 40, 50, e outra pessoa desistiu. E o senhor e o Dr. Edison estavam no meio da linha de duas pessoas, de um terceiro e de um quarto ator.

Como o senhor explica para nossa CPI esse diálogo?

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - É, eu nunca tive outro caso, nem nenhum caso com o Dr. Edison, tá? Só estudava processos com ele. E, quanto a esse diálogo, eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Ótimo, porque realmente é muito difícil explicá-lo. É uma missão impossível mesmo. Nem o nosso ator lá conseguiria.

Eu acho que é isso. Tem outros. Eu queria comunicar... Eu fui membro da CPI dos Fundos. O BVA — como as pontas se comunicam! —, o BVA foi um grande



estúário de perda de recursos dos fundos de previdência das nossas estatais. E aí tem uma comunicação com o CARF aqui. Como as coisas se ligam!

E realmente o que chama a atenção... Eu acho que, do ponto de vista da investigação, a CPI vai poder avançar pouco, a não ser que avancemos na análise, agora, com o suporte da Polícia Federal nas quebras de sigilo, nas trocas de comunicação, mas, na parte propositiva, fica muito claro que o rito de recrutamento dos Conselheiros, os ritos... Por exemplo, é absurdo você ter número ilimitado de vistas, porque obviamente isso tem efeito protelatório. A execução de uma autuação fiscal é protelada *ad infinitum*, enquanto não se julga o recurso. Existem formas de aprimoramento.

Eu acho que nossa grande tarefa aqui é, realmente, aprimorar o marco legal de uma instituição que envolve bilhões de reais e que agora que vem... Porque, diferente da PETROBRAS, que gerou a CPI da PETROBRAS, o petrolão, toda a Lava-Jato — a PETROBRAS, todos a conheciam, desde “*O petróleo é nosso!*” —, o CARF ninguém conhecia. Só conhece quem tem contato pessoal com a questão. Era uma instituição obscura, à margem do organograma.

Então, nós temos uma grande tarefa, que é melhorar as regras e pensar o modelo institucional, porque realmente — o Dr. Guilherme tem razão — não pode ganhar 8 mil reais alguém que vai, *full time*, dedicar-se à análise de processos que têm contenciosos de 3 bilhões ou 4 bilhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como o Dr. Guilherme me pareceu convincente, no sentido de que foi usado — e o Dr. Tharyk não foi nada convincente, no sentido de que não está envolvido —, nós não vamos avançar mais. Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

O Deputado Eduardo Cury com a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Bom dia, Sr. Presidente. Eu gostaria só de tirar algumas dúvidas em relação ao Dr. Guilherme. Quero dizer que já é uma boa coisa termos um depoente que fala. Na minha opinião, isso já abre o nosso coração para podermos entender, pelo menos, com mais boa vontade. Quando optam por não falar, realmente nós ficamos um pouco preocupados.



Dr. Guilherme, eu estive olhando aqui, o senhor era sócio de várias empresas...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Não, só do escritório. O senhor só tem participação... A tua renda vem exclusivamente do escritório de advocacia?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Do escritório de advocacia.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Tem conflito? Ou seja, o teu escritório, pelo teu trabalho ou do teu sócio — pelo menos, deve haver sócio nesse escritório —, defendeu empresas, por exemplo, que tiveram processo no CARF? O senhor teve conhecimento disso, mesmo que não tenha sido na sua câmara, logicamente?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Teve, teve.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Teve, está bem.

O seu escritório é especializado nessa área? Qual é a especialização do seu escritório?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Meu escritório é mais na pessoa física, como eu havia dito antes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Perdão, não entendi. A clientela ou...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - A clientela.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Atende mais a pessoa física?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Pessoa física.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Mais a pessoa física. Houve muitas demandas — o senhor lembra? — em relação ao CARF?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Bastante.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Bastante. Então é um escritório tributarista de pessoa física, é isso?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Pessoa física.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Pessoa física. É essa a sua formação?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA - É.** E também faz, tipo, projetos, desenvolvimento de projetos industriais, projetos logísticos...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY -** O que não teria nada... não teria muito a ver...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA -** Não tem nada a ver com o CARF.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY -** Ou seja, teoricamente, o único conflito que teria do teu trabalho remunerado ou do trabalho do teu escritório, de onde vem a tua remuneração, e tua função, digamos assim, de ajuda ao setor público — estou usando as palavras que o senhor usou, ainda não tenho juízo de valor sobre isso — vem... Esse conflito é basicamente da pessoa física do que o seu escritório atua, é isso?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA - É.**

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY -** Bem, o senhor colocou — e é possível que isso ocorra, eu não estou convencido ainda —, o senhor falou: *“Olha, eu vou me colocar para desenvolver esse trabalho no setor público porque isso vai me desenvolver e, provavelmente, vai ter ganhos também”*. Isso é legítimo, ou seja, ganhos em conhecimento, o que no futuro trará benefícios ao senhor.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA -** Exatamente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY -** Isso é legítimo. Na minha opinião, isso não é uma grande coisa. Concordo também que é um absurdo você ter uma remuneração de zero ou oito. Só vai atrair pessoas não preparadas ou pessoas mal-intencionadas. Não tem sentido essa...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA -** Essa é a minha opinião.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY -** Mas, tudo bem. O senhor vê mais algum conflito de interesses que possa haver entre o seu escritório e o CARF?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA -** Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY -** Não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA -** Não.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Nessas ações, o senhor foi chamado... E veja o seguinte: na minha opinião, não haveria problema. Mas eu gostaria de saber: foi chamado a opinar nessas ações, dado o seu conhecimento?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, porque o meu pai também tem muito mais conhecimento que eu, não é? Meu pai não precisa de me perguntar nada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - E nesse período seu pai era ativo no escritório?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Ativo, ativo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Era ativo no escritório.

Fora esse fato relatado, relativo à mensagem do WhatsApp, cuja situação já foi aqui relatada — que, segundo a sua versão, estavam tentando te vender —, houve algum outro caso em relação à Meigan? O senhor se lembra?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Algum outro pedido dela ao longo desse período...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - ...que, por exemplo, essa investigação não tenha detectado como uma coisa escusa? O senhor lembra alguma coisa?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Ou seja, a sua participação nesse escândalo se deve a esse WhatsApp? É isto ou não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Ou melhor, a esse WhatsApp não, a esse episódio da venda, teoricamente, de um pedido de vista...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - ...e consequente remuneração externa, ou seja, gente vendendo ilegalmente, num caso de corrupção, é isso?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - É isso, nada mais.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Nesse processo todo, em que o senhor diz que não está denunciado... Não existe mais nenhum outro?



**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Nenhum outro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Nenhum.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Nos depoimentos que o senhor fez à Polícia Federal, o senhor também...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Eu prestei um depoimento só para a Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Um depoimento? Ao Procurador também?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Não?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Ou seja, todo o tempo, o senhor somente foi chamado a dar explicações desse episódio, é isso?

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Hã, hã. Só.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Está claro.

Sr. Tharik, realmente a sua conversa aqui não me convenceu, no WhatsApp. Pelo que eu entendi, o senhor é só um consultor, é isso?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Eu sou advogado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Um advogado, ou seja... Mas o senhor está dizendo que é chamado a dar parecer, é isso?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Não.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** Não?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Não necessariamente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - De onde vem a remuneração do senhor? Dos processos, taxas de sucesso?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Claro, normal, como qualquer advogado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Sim, e como é que o senhor entrou... Em relação ao CARF, como é que vem, na sua história, a sua participação em processos tributários que têm a ver com o CARF? Ou seja, o seu escritório ou um advogado mais velho, que, na verdade, foi o seu mentor... Como é que se deu isso?



**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Apenas interesse na área tributária, e procurando pessoas que pudessem me dar auxílio na matéria tributária.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Como é que o senhor conheceu a Sra. Meigan?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Eu a conheci através do pai dela, do Dr. Edison, mas não tenho intimidade com ela.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - E como é que o senhor conheceu o Dr. Edison?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Ah, foi um amigo, não lembro. Algum conhecido antigo.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - E qual a motivação?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Como?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - A motivação do encontro, ou seja, ele já atuava...

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Não, só apresentou. Não, eu não lembro. Acho que foi numa mesa, talvez. Não lembro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Qual a sua situação hoje em relação a esse processo? O senhor está indiciado? Aliás, o senhor já foi...

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - Não, eu não fui denunciado...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - Não foi denunciado?

**O SR. THARIK JACCOUD PAIXÃO** - ...e o juiz mandou arquivar o caso.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CURY** - O.k., Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado Aliel Machado com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Primeiramente, eu quero fazer uma indagação ao comando desta Comissão, Sr. Presidente, porque nós temos um requerimento de autoria do Deputado Carlos Sampaio, de número 60, que ainda não foi apreciado. Eu gostaria de pedir a sensibilidade de V.Exa. para pautá-lo, porque agora se tornou ainda mais imprescindível a convocação, tendo em vista que o texto do Requerimento nº 60 pede a convocação do Sr. Diogo de Oliveira, que se torna hoje Ministro do Planejamento desse Governo interino. E o pedido já é anterior. Ele coordenava algumas ações do Ministério do Planejamento, tinha sido citado em



algumas ações e questões da Operação Zelotes. É de suma importância a convocação desse senhor nesta Comissão para que possamos fazer algumas indagações e alguns questionamentos. Já existe um requerimento pronto, assinado por vários Deputados, de autoria do Deputado Carlos Sampaio, do PSDB, para convocação do atual Ministro do Planejamento, que tomou posse no dia de hoje, após a vergonha do Sr. Romero Jucá ter sido explícita na mídia no dia de ontem.

Segundo ponto, eu gostaria de perguntar ao Sr. Guilherme... V.Sa. disse que, se quisesse ser milionário, ter bastante dinheiro, ser rico, não seria pelo processo, na bagatela de 30 mil reais, que tinha possivelmente sibilado o seu nome. O senhor quis dizer que houve propostas em outros tipos de processo em relação a isso e que, se dependesse da idoneidade de V.Sa., se não fosse uma pessoa honesta, V.Sa. poderia ter aceitado algum tipo de benefício em relação ao julgamento desse processo? Foi o que V.Sa. deixou a entender quando fez essa interpretação.

Segundo palavras de V.Sa. de hoje, quando o senhor suspeitava de alguma irregularidade em relação aos processos lá julgados, V.Sa. se afastava do mesmo. E não gostaria de participar; se afastava, para sequer ter conhecimento, mais a fundo, de uma possível irregularidade. Quando V.Sa. desconfiava disso e sentia um certo receio em alguma irregularidade... V.Sa. chegou a comunicar os superiores? V.Sa. chegou a fazer alguma denúncia em relação a isso, visto que V.Sa., com a experiência que tem, com a capacidade técnica que tem, da qual se vangloriou... V.Sa. fez o alerta necessário em relação a isso, quando viu essas possíveis irregularidades que, aos olhos da população, não eram possíveis, e que aos nossos olhos, como legisladores e fiscalizadores do Poder Executivo, também não eram possíveis? V.Sa. fez isso ou não? E se não fez, tendo esse conhecimento, V.Sa., mesmo que não seja por dolo, no sentido de participar disso, acaba colaborando. E, com conhecimento jurídico, sabe que pode ter cometido um crime em relação a isso.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Posso?

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Por gentileza.

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Primeiro, de maneira nenhuma. Por quê? O que basta é o andamento dos processos, o julgamentos dos processos. Em relação a andamento de julgamento de processo, nunca vi nenhum tipo de irregularidade. Então, isso que é importante, porque, se não chegou a pedir



nada para mim, eu não tenho que denunciar ninguém. Eu tinha que denunciar se eu visse alguma coisa ali, um processo estranho, alguma coisa, o que realmente não concorreu. Em relação a ficar rico, um dos processos que eu julguei também, com voto favorável meu, que a Fazenda Nacional ganhou, que foi o primeiro caso de desmutualização da bolsa, caso que envolvia bilhões e bilhões. A Fazenda Nacional, o primeiro voto que teve no CARF foi favorável à Fazenda Nacional, com voto meu e com voto contrário de um auditor, de um conselheiro da Fazenda Nacional. E eu tenho milhões de amigos que trabalham na bolsa de valores, ou seja, se eu dou voto ali a favor, a Fazenda ia perder e eu poderia ir ao mercado e ganhar dinheiro, entendeu? É por isso que eu estou falando que, se eu quisesse ganhar dinheiro, eu teria ganhado. É isso que eu quis dizer.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - É que, quando V.Sa. citou o caso, citou especificamente os 30 mil reais, fazendo uma ilação de que outros processos, em relação a outros valores e tudo o mais...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Mas é bom que V.Sa. explique, porque eu tinha entendido...

**O SR. GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA** - Os 30 mil reais, eu nem sabia, eu nem sabia. Nem chegou a ser proposto 30 mil reais para mim.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Eu já fui contemplado com algumas perguntas de alguns colegas. Eu gostaria apenas, Sr. Presidente, de fazer uma consideração. Eu aproveitei o meu tempo para que ele pudesse fazer a sua explanação. Dirijo-me ao Sr. Tharyk.

Sr. Tharyk, eu vou me reservar o direito de poder perguntar e questionar, porque o direito à fala Parlamentar eu me proponho, pelo popular. V.Sa., de maneira muito inteligente, para se defender, responde aquilo que não vai prejudicá-lo dentro do processo. Isso faz parte, está na Constituição Federal esse direito que assiste a V.Sa., direito agora reconhecido pelo *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal. Mas essa mesma Constituição Federal me dá o direito de fazer algumas indagações, de olhar para V.Sa. e dizer o que muitas pessoas que nos acompanham gostariam de dizer. Nós temos um processo em andamento e, mesmo que V.Sa. se



reserve o direito de se manter calado aqui, V.Sa. será julgado. Nós temos processos correndo na Justiça. Nós temos ainda a possibilidade de outras colaborações.

Nós temos um avanço nesta CPI, Sr. Presidente. Muitos depoimentos estão sendo não satisfatórios, mas nós estamos conseguindo avançar numa frente de investigação importante. E nós temos o Ministério Público, que hoje está atuando de maneira muito firme. E nós queremos que não só nessa frente, como em outras frentes, como aconteceu no mensalão, como aconteceu na Lava-Jato, todas as pessoas que se utilizaram de cargos públicos, pessoas que se utilizaram do bem público e do dinheiro público para se beneficiar, sejam punidas com o rigor da lei.

E nós temos dois tipos de punição: uma é a punição da privação de liberdade, que está na Constituição Federal; outra é a da questão moral, outra é a da questão das nossas famílias — daquelas pessoas que o acompanham e são dependentes de V.Sa. E espero que eu esteja equivocado em relação a V.Sa., lá no julgamento final. Mas V.Sa., mesmo se calando no direito da palavra, tem dentro da sua consciência a plenitude do tamanho do problema que nós estamos enfrentando no Brasil.

Mas hoje nós estamos enfrentando esse problema. Ele não está indo mais para debaixo do tapete. E não são todas as pessoas que estão amarradas, no sentido de não poder fazer as denúncias, de não poder fazer as colocações necessárias e cobrar do Poder Judiciário medidas extremas, no sentido de dar punição àqueles que roubaram o povo brasileiro, àqueles pessoas que se utilizaram dos seus cargos para poder tirar dinheiro do povo brasileiro. Nós não vamos deixar que isso aconteça.

E V.Sa. está certo, porque V.Sa. hoje se manteve no direito de ficar calado nas perguntas que poderiam complicar V.Sa. E se poderiam complicar V.Sa., já é uma mea-culpa, porque significa que tem que se proteger de perguntas difíceis de serem respondidas porque não há respostas satisfatórias.

Portanto, V.Sa. deverá ser punido, caso sejam encontradas irregularidades não só na questão prevista constitucionalmente, mas também na questão moral. E isso dói bastante.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Deputado, só um esclarecimento sobre a questão da pauta. *(Pausa.)*



O senhor quer falar? Pois não.

**O SR. THARYK JACCOUD PAIXÃO** - Sr. Deputado, o senhor falou muito bonito, só que isso não serve pra mim, porque o julgamento final do processo, para mim, já ocorreu, conforme eu falei. Eu não fui denunciado e foi arquivado. Então, eu estou tranquilo quanto à minha culpa, porque eu não a tenho. Mas parabéns pelo seu discurso, está o.k.? Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Sr. Presidente, eu acompanhei, mas faço questão do meu direito de fazer uma consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Eu acompanhei o processo em que V.Sa. foi inocentado, primeiramente, no processo agora, pelo juiz. Mas nós estamos ainda num processo investigatório nesta CPI. E também o próprio Ministério Público, que outras ações estão aparecendo. O que me deixa preocupado é no sentido de não haver respostas para perguntas importantes dentro desta CPI, que quer encontrar caminhos para esclarecer os fatos. E quando não se encontram as respostas necessárias, nós temos a possibilidade, dentro do Judiciário ainda, de tomar medidas cabíveis. E outras ações poderão ainda aparecer. Mas me sinto satisfeito com a colocação de V.Sa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Deputado, só um esclarecimento sobre a questão de pautar os requerimentos. Como são muitos requerimentos, quase quatrocentos requerimentos, nós adotamos alguns critérios e estamos obedecendo a esses critérios. No caso específico do nome que V.Exa. citou, ainda não entrou em nenhum desses critérios que nós, até agora, colocamos. Todos virão para a pauta. É claro que aqueles que não foram denunciados, não foram citados, não foram mencionados, nós estamos deixando para o final. Porém, se o Deputado se interessar que nós o pautemos, pode apresentar um requerimento específico de preferência, que nós o colocamos em pauta.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Vou fazê-lo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Veja bem, se eu colocar uma pessoa que não foi denunciada e não foi citada em nenhum requerimento, temos que colocar logo as outras trinta que estão com ela. Então, nós estamos



usando esse critério. Mas V.Exa. pode ficar à vontade para apresentar um requerimento de preferência, que nós o colocaremos em pauta.

**O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO** - Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Fernandes) - Eu quero dizer aos denunciados aqui, agradecendo a presença, que todos nós vamos examinar os devidos processos. Aqueles que vieram para cá resguardados por *habeas corpus*, não podendo falar, nós estamos usando o expediente de quebrar os sigilos para que nós, junto com a Polícia Federal, o Ministério Público, que está nos ajudando, e a Receita, examinemos para verificar se há alguma coisa. É claro que o sigilo será preservado, só em nome desta Comissão.

Então, eu agradeço a presença dos senhores depoentes, a presença dos Srs. Parlamentares, a presença da Assessoria e dos demais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima terça-feira, 31 de maio, às 10 horas, em plenário a definir, com a presença da Sra. Lytha Spindola. E no dia 2, na quinta-feira, nós teremos a presença do ex-Ministro Guido Mantega e de Cristina Mautoni.

Muito obrigado.